

‘Ninguém controlará Covid se não souber aonde está o vírus’

Divulgação



Maranhão vai entregar 80 mil chips a alunos que farão Enem

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anunciou um decreto de requisição para adquirir 80 mil chips de celular destinados a garantir acesso à internet dos estudantes do 3º ano do ensino médio. **P. 3**



HORA DO POVO

ANO XXX - Nº 3.766 22 a 28 de Julho de 2020



1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Isolar os positivos e testar seus contatos salvará muitas vidas

Não “precisamos esperar por uma vacina, podemos salvar vidas agora”, disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, afirmando que é urgente os países aplicarem a técnica do rastreamento dos contatos dos pacientes infectados pelo coronavírus. No mesmo sentido, o professor Pedro Hallal, reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e coordenador do maior estudo epidemiológico do coronavírus no Brasil, condenou a falta de uma política de testagem no país: “é para isolar os positivos e testar seus contatos. Isso o Brasil nunca fez”. **Página 3**



SIGA AS REGRAS
É proibido fumar.

AVISO
Não tire fotos.

GRU AIRPORT

RAP80945PC

Envirotainer®

Se passar no teste, parceria entre a China e o Instituto Butantan produzirá no Brasil 60 milhões de doses

Vacina chinesa chega em SP para teste final contra Covid-19

O governo de São Paulo anunciou que a vacina contra a Covid-19 desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac começará a ser aplicada nos primeiros 890 voluntários de São Paulo a partir desta terça-feira (21), no Hospital das Clínicas (HC). Os testes que serão realizados em 6 estados brasileiros, fazem parte de uma parceria do Sinovac com o Instituto Butantan.

Em todo o Brasil, 9 mil profissionais da saúde participarão desta fase de testes, que deverá ser concluída em 90 dias. “Os pesquisadores do Hospital das Clínicas vão analisar os voluntários em consultas marcadas a cada duas semanas. A estimativa é concluir todo o estudo da fase três de testes da Coronavac em até 90 dias”, afirmou o presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas. **Pág. 4**

Livro da sobrinha sobre mente doentia de Trump vira best-seller

O livro “Demais e nunca o suficiente: como minha família criou o homem mais perigoso do mundo”, escrito por Mary Trump, sobrinha do presidente Donald Trump, vendeu quase um milhão de cópias já no primeiro dia. **P. 7**

Apoio a Bolsonaro murcha

Murchou mais um pouco o ato bolsonarista contra a democracia. No domingo, 19, havia mais faixa que gente. O Planalto virou um foco de infecção da Covid - agora o recém ministro da Educação, Milton Ribeiro, e o da Cidadania, Onyx, foram contaminados.

Ana Cristina Siqueira Valle, ex-esposa de Jair Bolsonaro, comprou 14 imóveis, entre casas, apartamentos e terrenos, durante os 11 anos de casamento e pagou parte deles em “dinheiro vivo”. A apuração feita pela revista Época também mostrou que um conjunto de terrenos comprado por Ana Cristina e Jair Bolsonaro em 2006 por R\$ 160 mil foi, cinco anos depois, vendido por R\$ 1,9 milhão – quase 12 vezes mais. Antes de se casar com Jair Bolsonaro, Ana Cristina Siqueira Valle não tinha nenhum imóvel próprio. Depois que se juntou a Jair Bolsonaro, união que durou de 1997 até 2008, ela passou a negociar imóveis. **Página 3**

“Xô, CPMF! Não passa no Congresso”, afirma Maia

“O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que está “pensando em trazer de volta a campanha que o DEM fez: ‘Xô, CPMF!’”. “Ninguém aguenta mais impostos no Brasil”, declarou em entrevista para o canal GloboNews. Desde o começo do governo, Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, têm procurado motivos para recriar o imposto, que era rechaçado pelos brasileiros e foi derrubado pelo Congresso Nacional em 2007. Rodrigo Maia acredita que a proposta do governo Bolsonaro “não passa” na Câmara. **Página 3**



Bolsonaro falta com palavra e Alcolumbre quer derrubar veto do governo no saneamento

O presidente do Senado, David Alcolumbre, se uniu a governadores e ao relator do projeto, Tasso Jereissati, para corrigir “tiro no pé” do Planalto. “Compromissos são feitos para serem cumpridos”, destacou Alcolumbre. **Pág. 2**



Reprodução

Governo só executou 29% do crédito emergencial do BNDES às empresas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) só executou 29% dos programas de crédito criados para as empresas que sofrem com os efeitos econômicos da Covid-19, diz documento do BNDES enviado ao Congresso. Dos R\$ 87,1 bilhões disponibilizados pelo banco de fomento, só foram liberados R\$ 25 bilhões em empréstimos, doações e suspensão de pagamentos.

A pior execução é do Pese (Programa Emergencial de Suporte ao Emprego). Esta linha que oferece crédito para o pagamento da folha de funcionários demonstrou-se um completo fiasco. Dos 40 bilhões oferecidos pelo governo, o BNDES entregou apenas R\$ 4,6 bilhões a 114 mil clientes, segundo divulgou o Valor Econômico.

Outro programa que não decolou foi a suspensão dos pagamentos de empréstimos para empresas por seis meses. O BNDES autorizou que R\$ 29,5 bilhões fossem suspensos, mas apenas 39%, cerca de R\$ 11,6 bilhões, foram destinados a 28,4 mil clientes.

Segundo o documento, apenas o programa destinado ao financiamento de capital de giro de micro, pequenas e médias empresas, lançada em março, foi acima da meta. Esta linha liberou R\$ 5,3 bilhões e já não permite mais contratações. As críticas dos empresários a esta linha é que o governo disponibilizou pouco dinheiro para este tipo de financiamento, que é uma das necessidades mais urgentes das empresas que apresentam dificuldade de caixa para pagarem as contas do dia a dia.

O documento também revelou o desempenho fraco dos financiamentos para hospitais e laboratórios médicos se equiparem para a Covid-19. Foram apenas nove clientes, atingindo só 13% dos R\$ 2 bilhões colocados à disposição.

O presidente da Associação dos Funcionários do BNDES, Arthur Koblitz, diz que o nível baixo de execução dos programas do BNDES pode ser explicado pela elevação da TLP (Taxa de Longo Prazo). “O ideal era modificar a TLP e trabalhar mais articulado com bancos públicos para conseguir prêmios de risco menores”, disse.

Os custos dos empréstimos das linhas de financiamento do BNDES têm sido alvo de críticas de empresários e economistas. O governo Temer substituiu nas operações de crédito do BNDES a Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) – que desde 1994 era usado como referência na maioria das operações de financiamento do banco de fomento para garantir crédito barato à indústria – pela Taxa de Longo Prazo (TLP), aproximando as taxas de juros do BNDES às altas taxas cobradas pelos bancos privados.

Em abril, o pior mês da pandemia até agora, os empresários que buscavam financiamento no BNDES só conseguiram se tomasse a custo que variava de 12% a 15% ao ano, somando a TLP e os spreads cobrados pelo BNDES e pelos bancos privados. “Quem pegar vai morrer do remédio”, afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, ao criticar a linha de crédito de emergência do BNDES à micro, pequenas e médias empresas. “A gente acha que uma linha com esse custo não é uma linha emergencial. A gente entende que linha emergencial é uma linha para alguém que está sofrendo, que é o infeliz que está com a fábrica parada”, disse Velloso na época.

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro também criticou o uso da TLP nas operações do BNDES. Para Oreiro, o banco de fomento “poderia estar desempenhando um papel fundamental nessa crise”.

“O BNDES é um banco de investimento, como é que você quer que ele se comporte como o mercado. Isso não faz sentido nenhum. Se você quer ter um banco de desenvolvimento é porque você não quer, ou você acha que o mercado não funciona, ou não cobre tudo o que deveria”, disse.

“A TLP foi na verdade um instrumento que foi utilizado para realmente desmontar o banco. Para fazer o banco recuar na sua importância no financiamento de longo prazo. E aí o que aconteceu, as grandes empresas foram pegar dinheiro no exterior, o que é ruim porque quando o câmbio desvaloriza elas têm um enorme aumento nos seus encargos financeiros como está acontecendo agora, mas as outras empresas que já não tinham acesso ao mercado de capitais continuaram sem acesso ao mercado de capitais, só que agora não têm acesso ao BNDES porque a taxa de juros não é favorável”. “Você fica no pior dos mundos”, criticou Oreiro, em uma videoconferência realizada pela Associação dos Funcionários do BNDES.

Alcolumbre condena veto de Jair Bolsonaro no saneamento



Alcolumbre: “Não pode fazer o entendimento e não cumprir o entendimento”

Companhias estaduais repudiam veto presidencial no marco do saneamento

A Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento Básico (Aesbe) manifestou, através de nota, repúdio ao veto de Bolsonaro ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162/2019, que atualiza o Marco Legal do Saneamento, ocorrido na quarta-feira (15/07).

“O art. 16 criou a regra de transição entre os modelos de operação para o setor de saneamento básico, habilitando um ambiente capaz de absorver a subsistência das operadoras e a integração dos investimentos privados, com novas modelagens para alavancar a universalização dos serviços. Para isso, o normativo autoriza a renovação dos contratos de programa em vigor por até 30 (trinta) anos, bem como possibilita a regularização das situações, de fato, em curso em alguns municípios”, diz a nota da entidade.

Segundo a Aesbe, “essa equalização é vital para a conclusão dos projetos de infraestrutura em andamento e a amortização gradual dos investimentos. Não obstante a continuidade das atividades, a retirada do artigo 16 desbarata décadas de estruturação erguidas para o setor,

acarretando uma enorme insegurança jurídica, com a estagnação imediata de ações e projetos em andamento que buscam a universalização do saneamento e a atração de novos investimentos, a exemplo de várias parcerias público-privadas. Tudo isso em função de um único propósito, qual seja a incursão integral do setor privado na prestação do serviço essencial de abastecimento de água e tratamento de esgoto”.

“O fato é que a descontinuidade abrupta de qualquer política pública não beneficia a sociedade, em especial o saneamento básico, que está intimamente ligado à saúde, à vida e, por consectário lógico, à dignidade da pessoa humana”, afirma a associação das empresas estatais.

“De todo o ocorrido, a única certeza que temos é de que a retirada da regra de transição se tornou a derrocada do Novo Marco, pois afastou os bons préstimos das Companhias Estaduais de Saneamento Básico praticados nessa trajetória de desenvolvimento. Isso resulta, portanto, em um total desserviço para a sociedade brasileira”.

Durante a sessão de quarta-feira (15), os senadores criticaram os 11 vetos do governo ao novo marco legal do saneamento, destacando o que permitia renovação de contratos de estatais por mais 30 anos.

Segundo o residente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), é preciso “respeitar entendimentos”.

“Se infelizmente, por parte do governo, não houve a eficácia do entendimento, houve o lapso da parte do Executivo, que eu reputo que não é certo, a gente tem como corrigir isso aqui na sessão do Congresso Nacional e dar a resposta do que foi construído no plenário da sessão do Congresso Nacional”, afirmou Alcolumbre.

Na terça-feira (14), 16 governadores enviaram carta a Bolsonaro destacando que o artigo 16 foi resultado de acordo durante a tramitação do texto no Congresso Nacional. Segundo eles, a renovação dos contratos possibilita o “tempo necessário” para a conclusão dos projetos de infraestrutura em andamento pelas empresas, e amortização gradual dos investimentos.

716 mil firmas fecham definitivamente na pandemia

Quatro em cada dez empresas estavam fechadas, temporária ou definitivamente, na primeira quinzena de junho, por não suportarem o impacto da pandemia da Covid-19 e a falta de acesso ao crédito. Os dados são da pesquisa inédita “Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas empresas” divulgada na manhã desta quinta-feira (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estima-se que o país tinha 4,0 milhões de empresas, sendo 2,7 milhões (67,4%) em funcionamento total ou parcial, 610,3 mil (15,0%) fechadas temporariamente e 716,4 mil (17,6%) encerradas em definitivo, diz o IBGE.

Desse total de 1,3 milhão de empresas fechadas temporariamente ou em definitivo, 522,7 mil (39,4%) tiveram de encerrar suas atividades por conta da necessidade de fechamento de serviços não essenciais e da falta de ajuda financeira por

parte do governo durante o período de pandemia. Mas, “muitas empresas relataram que já vinham em dificuldades desde 2019”, ponderou o coordenador de Pesquisas Estruturais e Especiais em Empresas, Flávio Mangheli, o que explica a medida drástica de encerrar o negócio diante da pandemia.

“Entre 1,3 milhão de empresas que na primeira quinzena de junho estavam com atividades encerradas temporária ou definitivamente, 39,4% apontaram como causa as restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus. Esse impacto no encerramento de companhias foi disseminado em todos os setores da economia, chegando a 40,9% entre as empresas do comércio, 39,4% dos serviços, 37,0% da construção e 35,1% da indústria”, diz o IBGE.

Das 716,4 mil das empresas que encerraram definitivamente suas atividades, 99,8% eram de pequeno porte – as que

mais denunciaram não conseguir o acesso à crédito durante a pandemia para pagamento de folha e capital de giro. Entre os setores, a maior proporção de empresas que fecharam veio de serviços – 334,3 mil.

A pesquisa também apurou que 87% das empresas que paralisaram ou encerraram as suas atividades no período relataram não ter tido acesso à linha de crédito emergencial para o pagamento da folha salarial dos funcionários ou capital de giro.

Apenas 347,7 mil (12,7%) empresas conseguiram crédito emergencial para pagamento da folha salarial desde o início da pandemia. Desse total, quase sete em cada dez (67,7%) consideraram ter tido apoio do governo na adoção dessa medida.

Veja matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/716-mil-empresas-fecham-definitivamente-na-pandemia-diz-ibge/>

Desemprego cresce 26% em apenas sete semanas

A crescente taxa de desemprego atingiu o seu maior percentual dos últimos dois meses na última semana de junho. Foram contabilizadas 12,428 milhões de pessoas sem trabalho segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – que passou a monitorar semanalmente a evolução do desemprego durante a pandemia através da pesquisa especial Pnad Covid.

Isso significa que, em sete semanas, o desemprego cresceu 26%, jogando para a fila do desemprego mais 2,6 milhões de trabalhadores. A taxa de desemprego ficou

em 13,1% – a maior desde o começo de maio, quando era de 10,5%.

“Em relação a primeira semana de maio, o movimento também é de queda na população ocupada, aumento da desocupada e consequentemente aumento da taxa de desocupação”, disse a coordenadora da pesquisa, Maria Lúcia Vieira, explicando que todas as variáveis da pesquisa apontam para um recorde no número de pessoas sem trabalho.

O contingente da população ocupada na quarta semana de junho teve queda de cerca de 1,5 milhão de

pessoas sobre a última semana de maio, passando de 84 milhões para 82,5 milhões. O nível de ocupação pôde ser medido em 48,4%, ante 49,4%.

Inseridos na população ocupada, estão os trabalhadores que, sem conseguir emprego formal, atuam na informalidade. Em junho, essa taxa foi medida pelo IBGE em 34,5% da população ocupada, ou 28,4 milhões de pessoas.

Veja matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/em- apenas-sete-semanas-desemprego-cresce-26/>.

Presidente do Senado se une a governadores e ao relator do projeto, Tasso Jereissati, para corrigir “tiro no pé” do Planalto. “Compromissos são feitos para serem cumpridos”, destacou Alcolumbre, ao criticar sabotagem do governo às empresas públicas de saneamento

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou na quarta-feira (15), que o Poder Legislativo deve derrubar o veto do presidente ao artigo 16 da lei que criou o novo marco regulatório do saneamento no Brasil. O senador revelou indignação com o veto que impede a renovação de contratos dos municípios com empresas públicas de saneamento.

“Compromissos são feitos para serem cumpridos”, disse Alcolumbre, ao dirigir-se ao senador Otto Alencar (PSD-BA), que havia reclamado do veto de Bolsonaro. “A lembrança de Vossa Excelência é oportuna, é didática. Não pode fazer o entendimento e não cumprir o entendimento”, acrescentou Alcolumbre. Parte dos senadores votou a favor do projeto sob o compromisso de o governo não vetar o dispositivo.

“Eu quero dizer para Vossa Excelência e para todos os parlamentares que construíram o acordo que se, infelizmente, por parte do governo, não houve a eficácia do entendimento, houve um lapso da parte do Executivo que eu reputo que não é certo, a gente tem como corrigir aqui na sessão do Congresso Nacional isso e dar a resposta do que foi construído no plenário da sessão do Congresso Nacional”, argumentou o presidente do Senado.

“Tem um ditado que diz o seguinte: o que é combinado não é caro nem barato. Então tenha na manifestação de Vossa Excelência [Otto Alencar] o meu apoio. Porque eu sei que muitos senadores, e aqui eu vejo na Secretaria Geral do Senado e aqui no chat que o próprio senador Jorge Kajuru se manifestou no dia da votação a favor por conta do compromisso. Então a gente precisa respeitar os entendimentos e construir o que é o acordado”, declarou Alcolumbre.

O relator da proposta, Tasso Jereissati (PSDB-CE),

Carta dos governadores ao presidente

“Os Governadores abaixo assinados vêm manifestar preocupação face a possibilidade de veto do artigo 16 do Projeto de Lei nº. 4162/2019, aprovado pelo Senado Federal em 24 de junho de 2020, na iminência da sanção presidencial.

O Projeto de Lei 4.162/2019 transitou nas duas Casas Legislativas e fora aprovado pelo Senado Federal, tendo como argumento principal a busca da universalização e a criação de um ambiente de segurança jurídica que propiciasse a atratividade de investimentos, principalmente privados, para o setor.

O êxito na aprovação do Projeto se deu através do esforço coordenado entre Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, operadoras, entidades representativas e demais atores. Uma das premissas sedimentadas nesse esforço integrado, foi a inclusão da transição para o modelo pretendido, que proporcionaria a adaptação do atual arranjo para o alcance do propósito maior do normativo, que é a universalização dos serviços.

Com este objetivo, foi construído um acordo durante a tramitação do referido Projeto de Lei, no Legislativo, o qual incluiu-se ao texto o art. 16, que, além de permitir a renovação dos contratos de programa em vigor por até 30 (trinta) anos, que, por sua vez, possibilita o tempo necessário para conclusão dos projetos de infraestrutura em andamento, como também a amortização gradual dos investimentos, acede também o reconhecimento das situações de fato, organizando e equalizando os instrumentos da prestação do serviço em curso.

Caso o artigo 16 seja vetado, conforme se tem verificado em recentes movimentos corporativo e político, extirpando assim, o processo de transição do Novo Marco do Saneamento Básico, teremos além

disse estar “profundamente surpreendido” pelo fato de o Planalto ter anunciado 11 vetos na medida. O conteúdo da lei, com a sanção e os dispositivos barrados, ainda não foi publicado em Diário Oficial da União. “Acho que foi um tiro no pé que o governo está dando porque é um projeto que estava sendo aplaudido com aplausos entusiasmados de boa parte da sociedade brasileira”, disse Tasso em sessão no Senado, defendendo a derrubada do veto sobre a renovação dos contratos. “Vai virar uma polêmica inteiramente sem sentido”, destacou o senador tucano.

Após a sanção do novo marco legal, o deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), que relatou o projeto na Câmara dos Deputados, afirmou a jornalistas que acredita em uma “mobilização imediata” dos governadores para derrubar o veto do artigo 16. O deputado disse ser “precoce” falar em possível derrubada do veto e acredita que o governo negociará com os governadores ajustes via regulamentação do novo marco legal. “É muito precoce dizer que tem chance de derrubar o veto. Alguma mobilização sempre vai ter, acredito que muito provocado pelas companhias estaduais, que estão preocupadíssimas com seu futuro”, acrescentou.

A declaração do deputado foi baseada na mobilização dos governadores, que já estava em curso contra a possibilidade de veto do artigo em questão, que garantia aos municípios o direito de prorrogar os contratos com as empresas públicas de saneamento, desde que elas assumissem o compromisso de cumprir as metas estabelecidas pelo novo marco, entre elas a universalização do saneamento até 2033.

Segue abaixo a Carta dos Governadores dirigida ao presidente sobre a possibilidade de veto ao art 16 do Projeto de Lei nº. 4162/2019, que altera a Lei do Saneamento.

da insegurança jurídica, com consequentes ações judiciais que podem estagnar o setor, uma paralisação imediata de uma série de ações e projetos em andamento que buscam a universalização do Saneamento e a atração de novos investimentos, a exemplo de várias Parcerias Público Privadas. Essa situação vai de encontro aos princípios norteadores da aprovação do Marco Regulatório do saneamento.

Pelo exposto, e por entender a indispensabilidade deste artigo para a segurança jurídica e a própria executoriedade do novo modelo delineado pelo PL 4162/2019, bem como para que possamos ter o cumprimento do acordo firmado entre todos partícipes neste árduo caminho até a aprovação, solicitamos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que o artigo 16 do Projeto de Lei nº. 4162/2019, não seja objeto de veto, por parte de Vossa Excelência, permitindo assim, que tenhamos uma soma de esforços dos operadores públicos, à um esforço nacional que busca o avanço da universalização dos serviços de saneamento com qualidade, sustentabilidade econômica e ambiental.

Veja os governadores que assinaram a carta:

Paulo Câmara (PSB-PE)
Rui Costa (PT-BA)
Camilo Santana (PT-CE)
Flávio Dino (PCdoB-MA)
João Azevêdo (Sem partido -PB)
Fátima Bezerra (PT-RN)
Belivaldo Chagas (SE)
Wellington Dias (PT-PI)
Waldez Góes (PDT-AP)
Ibaneis Rocha (MDB-DF)
Renato Casagrande (PSB-ES)
Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Reinaldo Azambuja (PSDB -MS)
Mauro Mendes (DE-MT)
Ratinho Junior (PSD-PR)
Comandante Moisés (PSL-SC)

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290, Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Flávio Dino, governador do Maranhão

Dino anuncia decreto para adquirir 80 mil chips e dar a alunos que farão Enem

“Em face de dificuldades com empresas fornecedoras, assinei Decreto de REQUISICAO. Espero que agora forneçam”, disse o governador do Maranhão

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anunciou na tarde do domingo (19) um decreto de requisição para adquirir chips de celular destinados a estudantes do 3º ano do ensino médio e prepará-los para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Pelo Facebook e Twitter, o governador revelou a dificuldade para conseguir 80 mil chips das operadoras visando a entrega, daí a edição do decreto.

“Tentamos comprar 80 mil chips para entregar aos estudantes do 3º ano do ensino médio da rede estadual, a fim de que tenham acesso à internet. Eles farão ENEM em janeiro. Em face de dificuldades com empresas fornecedoras, assinei Decreto de REQUISICAO. Espero que agora forneçam”, escreveu Flávio Dino nas redes sociais.

O Enem foi adiado, mas muitos estudantes não têm acesso ao ensino remoto para se preparar.

A proposta do governo maranhense é que todos tenham acesso a uma rede móvel de qualidade para intensificar os estudos e ter um bom proveito no exame, agora agendado para janeiro e fevereiro de 2021.

A postagem do governador teve 3,4 mil reações no Facebook, 346 comentários e 312 compartilhamentos de ontem até segunda-feira (20) pela manhã.

FUNDEB

O governador ainda opinou no Facebook sobre a renovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O governo federal ainda resiste a aumentar a sua parte, 10% para 20% para formação do fundo, conforme proposta do Congresso, e ainda tenta artifícios, como inserir investimentos da Renda Básica no Fundeb.

Para o governador, essa e outras propostas do governo federal para o “Novo FUNDEB” retiram dinheiro da educação básica.

“Educação e assistência social integram blocos constitucionais distintos. FUNDEB e Renda Básica têm objetivos diferentes. Para financiar Renda Básica, a fonte deve ser progressividade tributária sobre bancos, lucros e dividendos”, comentou Dino.

“Atualmente 90% da Educação Básica é financiada por Estados e Municípios e 10% pela União. O novo FUNDEB visa ampliar esse percentual da União para 20% em 5 anos. Só cria confusão quem não prioriza a Educação”, prosseguiu o comentário.

Segundo Flávio Dino, “essa tentativa de enxertar Renda Básica dentro do FUNDEB é mais uma prova dos equívocos da Emenda 95. Em 2021 vai ser difícil evitar colapso administrativo, se não houver revisão de paradigmas”.

O Novo Fundeb pode ser votado na Câmara no início desta semana através da Proposta de Emenda à Constituição 15/15 (PEC) que o torna permanente.

Pela proposta inicial da relatora da PEC, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), a União aumentaria progressivamente sua participação no fundo a partir do ano seguinte ao da publicação da futura emenda constitucional, começando com 15% e avançando cada ano 1 ponto percentual até chegar a 20%.

Com informações da Agência Câmara



Ato bolsonarista murchou mais ainda no último domingo, dia 19 de julho, no DF

Onyx, que garantiu que o vírus mataria “só” 4 mil, está com Covid

O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, que desde o início da pandemia tem participado de manifestações e eventos públicos sem usar a máscara de proteção contra o novo coronavírus, informou que está com Covid-19.

O uso da máscara é recomendado por autoridades sanitárias, como a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em suas redes sociais, ele disse nesta segunda-feira (20) que teve sintomas na quinta-feira (16) e fez exames no dia seguinte. “Quinta à noite comecei a sentir sintomas que poderiam ser da Covid. Sexta passei por exames, entre eles o

PCR e o resultado saiu hoje [segunda] e o covid foi detectado”, escreveu o ministro.

Onyx é o terceiro ministro a ser diagnosticado com a Covid-19. Ainda em março, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o titular do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Augusto Heleno, tiveram diagnósticos positivos e se recuperaram da doença.

O novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, também anunciou que está infectado com coronavírus.

Em abril, durante uma conversa com o ex-ministro da Cidadania, Osmar Terra, Onyx Lorenzoni fez projeções so-

bre o número de mortes por coronavírus no Brasil e avaliou que apenas 4 mil pessoas seriam mortas pelo vírus no país. “Vai morrer menos gente de coronavírus do que da gripe sazonal”, afirmou Terra no diálogo.

O país contabiliza 80.120 mortes na segunda-feira (20), segundo o Ministério da Saúde.

Onyx e Terra conversavam sobre a saída do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), do cargo. O diálogo foi revelado por um telefonema feito por um jornalista da CNN Brasil.

Outros integrantes do governo também contrairam a doença. O presidente Jair Bolsonaro,

que há duas semanas anunciou que contraiu a Covid-19, vem trabalhando na residência oficial do Palácio da Alvorada enquanto se recupera.

É sempre desdenhando da doença. Segundo ele, a Covid-19 é uma “gripezinha” e um “resfriadinho”. Uma “invenção” da imprensa.

Até os seus seguidores não aguentam mais seu desdém.

Murchou mais um pouco o ato bolsonarista contra a democracia. No domingo, 19, havia mais faixa que gente. O Planalto virou um foco de infecção da Covid-19.

Pesquisa Travessia, encomendada pelo jornal Valor Econômico,

mostrou que 62% dos eleitores de Bolsonaro são contra as manifestações que pedem o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF).

58% dos bolsonaristas apoiam que seja obrigatório o uso de máscaras em comércio, igrejas e escolas; 36% preferem que não seja obrigatório.

83% dos ouvidos pelo Travessia disseram que apoiam as manifestações a favor da democracia. 12% são contrários.

A pesquisa ouviu por telefone, nos dias 9 e 10 de julho, 600 pessoas que responderam espontaneamente que votariam em Jair Bolsonaro caso as eleições fossem hoje.



Diretor-geral da OMS, Tedros Adhanon, e o reitor da UFPel, professor Pedro Hallal

Então casada com Bolsonaro, ex-mulher comprou 14 imóveis e pagou parte em dinheiro vivo

Ana Cristina Siqueira Valle, ex-esposa de Jair Bolsonaro, comprou 14 imóveis, entre casas, apartamentos e terrenos, durante os 11 anos de casamento e pagou parte deles em “dinheiro vivo”.

A apuração feita pela revista Época também mostrou que um conjunto de terrenos comprado por Ana Cristina e Jair Bolsonaro em 2006 por R\$ 160 mil foi, cinco anos depois, vendido por R\$ 1,9 milhão – quase 12 vezes mais.

Antes de se casar com Jair Bolsonaro, Ana Cristina Siqueira Valle não tinha nenhum imóvel próprio. Depois que se juntou a Jair Bolsonaro, união que durou de 1997 até 2008, ela passou a negociar terrenos, aparta-

mentos e casas. Com valores de 2008, as negociações chegaram a R\$ 3 milhões – o equivalente a R\$ 5,3 milhões atualmente.

Cinco dos 14 imóveis adquiridos por Ana Cristina foram comprados “em moeda corrente”, ou seja, dinheiro vivo, apontam as escrituras. Foram duas casas, um

apartamento e dois terrenos, comprados entre 2000 e 2006, que somam R\$ 243 mil em valores da época. Corrigido, o valor seria de R\$ 680 mil.

Depois da separação, Ana Cristina ficou com nove imóveis. Entre eles estava um conjunto de cinco terrenos em Resende, Rio de Janeiro, que foram comprados, em 2006, por R\$ 160 mil.

Cinco anos depois, Ana Cristina vendeu os terrenos por R\$ 1,9 milhão para uma empresa ligada a Marcelo Traça, um delator da Lava Jato no Rio de Janeiro que já admitiu que comprava e vendia imóveis para lavar dinheiro.

FLAVIO BOLSONARO O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária. Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

“Xô, CPMF. Não passa no Congresso”, diz Rodrigo Maia, presidente da Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que está “pensando em trazer de volta a campanha que o DEM fez: ‘Xô, CPMF’”.

“Ninguém aguenta mais impostos no Brasil”, declarou em entrevista para o canal GloboNews, na quinta-feira (16).

Desde o começo do governo, Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, têm procurado motivos para recriar o imposto, que era recha-

çado pelos brasileiros e foi derrubado pelo Congresso Nacional em 2007.

A campanha “Xô, CPMF” pedia para que os eleitores ligassem para o gabinete dos congressistas ou enviassem e-mails pedindo para que a CPMF, que taxava as movimentações bancárias, fosse rejeitada.

Rodrigo Maia acredita que a proposta do governo Bolsonaro “não

passa” na Câmara. “Vamos cuidar da simplificação dos impostos, cortar distorções como o lucro presumido, entre outros. Agora, novos impostos, eu acho que a sociedade está cansada. E, certamente, vai ter muita dificuldade de passar na Câmara dos Deputados”.

Para ele, a proposta “não ajuda de forma nenhuma” e “tira a produtividade”.

Durante a pandemia, o governo Bolsonaro tem argumentado que a volta da CPMF é necessária para bancar o auxílio emergencial e outras medidas.

Falam, inclusive, que a CPMF substituirá a desoneração da folha de pagamento das empresas, cuja prorrogação foi vetada por Jair Bolsonaro.

O debate sobre a criação de um novo imposto “vem da década de 1990, criar imposto para resolver problema. Você resolve um problema e cria um

novo problema”.

Sobre a política ambiental do governo, Maia afirmou que “cada vez isso está ficando irrelevante, muitos investidores, fundos, vão querer um ‘selo verdade’ das empresas e dos governos. Então, se nós não compreendermos isso rápido, vamos ter muita dificuldade para voltar a crescer”.

O presidente da Câmara ainda fez comentários sobre o veto de Bolsonaro à prorrogação da desoneração durante a pandemia para as em-

presas. “Temos 17 setores que têm um custo, essa prorrogação por um ano, de R\$ 10 bilhões. Se o Congresso decidir derubar esse veto, vai precisar encontrar os R\$ 10 bilhões, o espaço dentro do orçamento desses R\$ 10 bilhões. Já divulguei uma nota oficial, essa matéria de forma nenhuma é inconstitucional”, disse.

Flávio teria, investindo R\$ 9,4 milhões, lucrado R\$ 3 milhões com a venda.

“As compras subfaturadas e as vendas superfaturadas, feitas entre 2010 e 2017 renderam um lucro de R\$ 3 milhões”, informou o MPF.

Mais tarde, descobriu-se que Flávio comprou e vendeu 37 imóveis. Ao todo são 14 apartamentos e 23 salas comerciais, que se distribuem em bairros como Botafogo, Copacabana, Jacarepaguá e Barra da Tijuca.

São vários os exemplos que levantam suspeita de subfaturamentos na compra e superfaturamentos na venda. Um deles é de um apartamento em Copacabana, Flávio desembolsou, em 2012, R\$ 140 mil. Mais tarde, em 2014, Flávio Bolsonaro vendeu o mesmo apartamento por R\$ 550 – uma valorização de 292,85% em 15 meses.

Enquanto isso, o Índice FipeZap de Preços de Imóveis, usado pelo MPF, indica que a valorização média dos imóveis na região foi de 11,18%.

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

O senador Flávio Bolsonaro, filho “01” de Jair Bolsonaro, também é afeito à compra e venda de imóveis com valorização extraordinária.

Para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), há “sérios indícios” de lavagem de dinheiro nas operações de Flávio.

Ele está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF).

Rastreio de contatos é essencial contra Covid, dizem Hallal e OMS

A recomendação é do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanon, e do reitor da UFPel, professor Pedro Hallal. “Nenhum país conseguirá controlar sua epidemia se não souber onde está o vírus”, orientou o diretor-geral da OMS

O professor Pedro Hallal, reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenador do maior estudo epidemiológico do coronavírus no Brasil, afirmou, na segunda-feira (20), em entrevista à BBC, que o maior erro do país “foi nunca ter tido uma política de testagem ampla e maciça”.

“É um problema gravíssimo, porque essa política não é para contar quantos doentes temos, é para isolar os positivos e testar seus contatos. Isso o Brasil nunca fez”, observou o pesquisador.

O segundo erro, disse Hallal, “talvez seja inédito no mundo. Vários outros países também não testaram bem, mas não reabrimos antes da curva estar caindo. Nenhum outro lugar fez algo tão equivocado. O Brasil parece que está desafiando o vírus, porque a gente reabre as cidades quando estamos no pico ou próximo do pico. Então, é óbvio que o vírus vai continuar infectando”.

“Se a gente tivesse feito tudo certo, era para estarmos hoje reabrindo uma parte da região Norte, onde já passou o pior, e com planos bem avançados para começar a reabrir no Nordeste e no Sudeste, onde a pandemia está começando a diminuir. E estaríamos elaborando planos para o Sul e o Centro-Oeste, focando na assistência da população. Mas a gente basicamente reabriu todas as regiões ao mesmo tempo”, acrescentou Hallal.

As observações de Pedro Hallal estão em completa sintonia com o que pensa a Organização Mundial da Saúde (OMS). A entidade alertou na segunda-feira (20) que o mundo não precisa esperar por uma vacina contra a Covid-19 para conseguir conter a pandemia.

“Não precisamos esperar por uma vacina, podemos salvar vidas agora”, disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanon, afirmando que é urgente os países aplicarem a técnica do rastreamento dos contatos dos pacientes infectados pelo coronavírus. “Nenhum país conseguirá controlar sua epidemia se não souber onde está o vírus”, orientou Tedros. “O rastreamento de contatos é essencial para localizar e isolar casos, além de identificar e colocar em quarentena os seus contatos.”

O diretor de emergências da OMS, Michael Ryan, parabenizou os cientistas que estão testando vacinas em tempo recorde, entre elas a de Oxford e a da China/Butantan, mas alertou que ainda há um longo caminho até alcançarmos a vacina contra o coronavírus. “Este é um resultado positivo, mas novamente há um longo caminho a percorrer. Estes são os estudos da fase um, agora precisamos avançar para testes em larga escala no mundo real, mas é bom ver mais dados e mais produtos entrando nessa fase muito importante da descoberta de vacinas”, afirmou o diretor da OMS. “Mas são bons resultados. Damos parabéns aos nossos colegas”, complementou Ryan.

Os pesquisadores do Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) fizeram testes para detectar anticorpos contra o coronavírus em 89.397 pessoas de 133 cidades de vários Estados e entrevistas para entender como o vírus afeta diferentes classes sociais e grupos étnicos. A investigação indica que o Brasil está longe de atingir a chamada imunidade de rebanho.

Isso ocorre quando uma parcela grande o suficiente da população foi infectada naturalmente e desenvolveu uma defesa contra o vírus. A doença não consegue se espalhar, porque a maioria das pessoas é imune. Esse patamar é estimado por especialistas em torno de 60% a 70%.

Diante disso, falar em atingir a imunidade de rebanho hoje é “quase uma piada”, diz o epidemiologista Pedro Hallal. “Mirar a imunidade de rebanho como uma política de saúde é uma ideia absurda, mal pensada e antiética”, diz Hallal. Um dos poucos países a buscar a imunidade de rebanho — e a abrir mão de medidas drásticas de isolamento social — foi a Suécia, citada pelo presidente Jair Bolsonaro, em maio, como exemplo a ser seguido. O Reino Unido cogitou seguir essa linha, mas as projeções de que isso levaria a milhares de mortes fizeram o governo recuar. Até agora, em comparação aos vizinhos nórdicos, a Suécia teve até sete vezes mais mortes e o declínio econômico foi equivalente ao de quem fechou comércio e escolas (já que habitantes evitaram circular nas ruas).

Mas o número de mortes tem caído no país, o que reacendeu o debate sobre imunidade coletiva.

“A imunidade de rebanho é um conceito mais teórico do que prático nesta pandemia. Quando tiver uma doença que não mate ninguém ou não seja grave, talvez a gente possa falar de imunidade de rebanho. Mas, para essa pandemia, falar nisso é quase uma piada”, afirmou o reitor da UFPel.

“A imunidade de rebanho só acontece com uma vacina — que não existe — ou quando muita gente adquire naturalmente anticorpos. Se hoje já morreram mais de 76 mil pessoas, seria ético esperar contaminar 60% a 70% da população e deixar morrer quase 1 milhão para então atingir a imunidade de rebanho? É óbvio que não. A ideia de mirar a imunidade de rebanho como uma política de saúde é absurda, mal pensada e antiética”, prosseguiu o professor.

Exceto se algumas teorias que começaram a surgir nas últimas duas semanas estiverem certas. Elas falam da imunidade cruzada, que pessoas que tiveram exposição a outros coronavírus no passado não pegam Covid-19. Se isso se confirmar, será uma notícia espetacular, porque uma parcela das pessoas teria imunidade porque pegou Covid-19 e outra parcela teria imunidade porque já teve exposição a outros coronavírus. Seria mais possível chegar perto da imunidade de rebanho.

Mas isso ainda é muito incipiente. A gente precisa esperar um pouco mais para saber se a teoria da imunidade cruzada se confirma ou não. Ele falou também de alguns estudos que apontam que a imunidade de rebanho para a Covid-19 poderia ser atingida com percentuais bem menores, entre 10% e 43%. “Isso é tão recente quanto a teoria da imunidade cruzada. Todos nós torçemos para que se confirme, mas ainda não podemos ter certeza de que vai. É só uma teoria ainda”, disse.

O reitor da UFPel criticou a atuação do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia. “Talvez o presidente não tenha noção do impacto que ele tem. A maioria das pessoas votou no Bolsonaro. Quando ele fala que é só uma gripezinha, ele está dizendo para 50 milhões de brasileiros para não dar bola para esse problema. Essa postura negacionista teve uma influência, que se soma à falta de políticas claras de saúde e a termos um Ministério da Saúde em constante transição de comando. No momento em que o país mais precisa, não temos um ministro da Saúde”, afirmou.

Para o professor, a pesquisa sobre a pandemia foi muito importante. “Isso porque temos que conhecer o inimigo que queremos combater”, disse. “Temos uma doença desconhecida sobre a qual sabemos muito pouco, e as estatísticas oficiais representam só a ponta de um iceberg. Não tem como entender o todo com base nelas. Nossa pesquisa permite olhar a parte do iceberg que está submersa, que são as pessoas que não estão buscando o serviço de saúde, mas que também estão sendo infectadas e infectando outras pessoas”, destacou.

“Da nossa parte, temos o maior interesse em seguir com as pesquisas, mas parece que da parte do governo, não. Concluímos com sucesso as três fases que estavam previstas e apresentamos os resultados. No meio de uma pandemia, o normal seria prosseguir, mas o ministério silenciou sobre o assunto. Provavelmente, não há interesse em manter a pesquisa”, avaliou Hallal.

A BBC News Brasil informou que consultou o Ministério da Saúde e este informou à reportagem que tem interesse em continuar, mas que não sabe ainda se será com a UFPel. “Não temos problema nenhum com isso”, disse o reitor. “Só queremos que deixe de ser discurso e vire realidade. Apresentei os resultados da pesquisa há mais de 15 dias, e a resposta do ministério continua a mesma. Se o ministério, por questões ideológicas, não quer prosseguir com a gente, respeitamos, embora seja meio difícil de justificar. Porque já tem uma expertise montada, e somos o grupo de epidemiologia mais reconhecido do país. Mesmo assim, se o ministério quiser fazer com outro grupo, não há problema, mas que faça. Por enquanto, não houve nenhum avanço, e acho que essa resposta protocolar do governo vai se manter por algum tempo”, completou.

SP inicia testes da vacina chinesa contra Covid-19 em 9 mil pessoas

A concorrência científica não está acontecendo sem cooperação, muito ao contrário, o que nos faz mais fortes para advogar a não aplicabilidade do tratado de patentes

O governo de São Paulo anunciou que a vacina contra a Covid-19 desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac começará a ser aplicada nos primeiros 890 voluntários de São Paulo a partir desta terça-feira (21) no Hospital das Clínicas (HC). Os testes que serão realizados em 6 estados brasileiros, fazem parte de uma parceria do Sinovac com o Instituto Butantan.

Em todo o Brasil, 9 mil profissionais da saúde participarão desta fase de testes, que deverá ser concluída em 90 dias. “Os pesquisadores do Hospital das Clínicas vão analisar os voluntários em consultas marcadas a cada duas semanas. A estimativa é concluir todo o estudo da fase três de testes da Coronavac em até 90 dias”, afirmou o presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas.

De acordo com o governador João Doria (PSDB), se os testes foram bem sucedidos, a fabricação da vacina no Brasil começa a ser produzida o início de 2021.

“Se tivermos sucesso, como esperamos ter, a vacina será produzida aqui no Instituto Butantan já no início do próximo ano com mais de 120 milhões de doses. A vacina será destinada a todos os brasileiros, não apenas aqueles que são de São Paulo, e isso será feito através do SUS. O Butantan terá todo o domínio da tecnologia”, ressaltou Doria, durante coletiva de imprensa realizada nesta segunda-feira (20).

Vinte mil doses da vacina produzida pelo laboratório Sinovac chegaram ao aeroporto de Cumbica na madrugada desta segunda, dois dias após a data prevista inicialmente.

PRODUÇÃO

De acordo com o governo estadual, o Instituto Butantan está adaptando uma fábrica para a produção da vacina. A capacidade de produção é de até 100 milhões de doses. O acordo com o laboratório chinês prevê que, se a vacina for efetiva, o Brasil receberá ainda 60 milhões de doses fabricada na China para distribuição.

A parceria entre o laboratório chinês e o Instituto Butantan foi anunciada no dia 11 de junho. Na ocasião, Doria disse que, se comprovada a eficácia e segurança da vacina, ela será disponibilizada no SUS a partir de junho de 2021.

Os testes da fase 3 da chamada CoronaVac serão feitos em larga escala e precisam fornecer uma avaliação definitiva da eficácia e segurança, isto é, a vacina precisa ser capaz de criar anticorpos para imunizar contra a Covid-19

A vacina da Sinovac já foi aprovada para testes clínicos na China. Ela usa uma versão do vírus inativado. Isso quer dizer que não há a presença do coronavírus Sars-Cov-2 vivo na solução, o que reduz os riscos deste tipo de imunização.

Vacinas inativadas são compostas pelo vírus morto ou por partes dele. Isso garante que ele não consiga se duplicar no sistema. É o mesmo princípio das vacinas contra a hepatite e a influenza (gripe).

Ela implanta uma espécie de memória celular responsável por ativar a imunidade de quem é vacinado. Quando entra em contato com o coronavírus ativo, o corpo já está preparado para induzir uma resposta imune.

Cientistas chineses chegaram à fase clínica de testes, ensaios em humanos, em outras três vacinas. Uma produzida por militares em colaboração com a CanSino Biologics, e mais duas desenvolvidas pela estatal China National Biotech.

Outra vacina que também está na terceira fase de testes é a de Oxford, que será testada no Brasil pela Universidade Federal de São Paulo.

DIFERENÇAS TECNOLÓGICAS

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas disse que a diferença entre as vacinas contra a Covid-19 produzidas pelo laboratório Sinovac e a da universidade britânica Oxford, em parceria com a farmacêutica AstraZeneca, é a tecnologia usada na produção.

“As tecnologias usadas na produção das vacinas são tecnologias diferentes. A tecnologia da vacina que nós estamos desenvolvendo é uma tecnologia tradicional. Então, ela já foi usada na produção de outras vacinas aqui no Butantan como a vacina contra raiva humana que nós produzimos e contra a dengue, usa essa tecnologia. É uma tecnologia usada tradicionalmente na produção de vacinas. Então, isso mostra que a produção de vacinas para outras doenças infecciosas como essa tecnologia tem um perfil de segurança testada, aprovada por organismos internacionais e em uso”, explicou.

“A vacina de Oxford é uma tecnologia nova que não foi ainda utilizada na produção de outras vacinas, que não foi ainda utilizada em outras vacinas, que poderá ser até uma evolução na produção de vacinas. Mas além da demonstração e eficácia, ela precisará ter o seu processo produtivo validado por esses institutos”, concluiu ele.



Reprodução

Fase 3 da pesquisa contará com testes em 9 mil profissionais de saúde no Brasil

Maia nega proposta do governo de adiar Fundeb para o ano de 2022

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) criticou a falta de prioridade da equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro com a Educação.

Em entrevista coletiva na tarde desta segunda-feira (20), ele descartou a proposta do governo de adiar para 2022 o início da vigência das regras do novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cuja validade se expira em dezembro deste ano.

“Adiar o percentual combinado para 2022 eu não vejo sentido nesse encaminhamento. Até porque para alguns temas o governo parece que entende que tem dinheiro, para outros temas como essa prioridade no curto prazo da educação parece que o governo gera mais resistência, pelo menos na equipe econômica”, disse o presidente da Câmara.

Maia defendeu o parecer da deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO) para a PEC do Novo Fundeb e reafirmou a urgência da aprovação do texto, para garantir a continuidade dos repasses aos estados e municípios. O parecer da deputada aumenta gradualmente de 10% para 20% a participação da União na manutenção do Fundeb e o torna permanente.

Maia comunicou que



Ele criticou falta de prioridade do governo com Educação

a Câmara tenta ainda um acordo com o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, para garantir a votação do texto. Segundo ele, alterações poderão ser feitas, mas os pontos principais da PEC serão mantidos.

“Contanto que não saia do principal, não saia do texto principal [sobre ajustes]. Os líderes estão conversando, o governo está conversando e estamos conversando com o ministro da articulação política, que tem tido um bom diálogo conosco”, disse.

VOUCHER

Um dos pontos rejeitados por Maia é o de incluir na PEC a permissão para a compra de vagas na Educação Infantil por meio de “vouchers”. Pela proposta apresentada pelo governo, dos 10% de ampliação da

participação da União no fundo, 5% seriam para implementar o tal vale.

Maia disse não ser contra a ideia de usar os vouchers, desde que não sejam utilizados recursos do Fundeb. “Acho que é uma boa ideia, mas como não é o foco do Fundeb, tem que se complementar aquilo que está consolidado em relação ao percentual do Fundeb”, disse.

ACORDO

Na noite desta segunda-feira, o presidente da Câmara fechou um acordo para dar início à discussão do relatório do Fundeb no plenário. Segundo o anunciado o governo se comprometeu a ampliar a complementação da União, chegando a 23% dos recursos do fundo contanto que 5% do total seja destinado à educação infantil.

80% das mortes de gestantes por coronavírus aconteceram no Brasil

A grande maioria das grávidas mortas por Covid-19 em todo o mundo é brasileira. De acordo com estudo publicado na International Journal of Gynecology and Obstetrics, das 160 mortes registradas entre o início da epidemia e 18 de junho nada menos que 124 ocorreram no Brasil.

“São 188 territórios afetados pelo coronavírus em todo o mundo e o Brasil tem mais mortes maternas do que a soma de todos esses países”, resumiu a obstetra Melania Amorim, professora da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, e uma das autoras do estudo.

Os pesquisadores ainda apontam que mesmo em países como Estados Unidos, que possui uma taxa de natalidade próxima da brasileira, o número de mortes é menor. Dos 160 óbitos no mundo todo, até a publicação do estudo no dia 9 de julho, 16 ocorreram nos EUA que é o segundo colocado neste triste ranking.

O dado se torna ainda mais alarmante quando se contrasta com os números de mortes por H1N1, surto que ocorreu no Brasil em 2009.

Segundo a enfermeira obstetra Maíra Libertad, uma das autoras da pesquisa, em 12 meses, a gripe suína causou a morte de 57 mães. Já a Covid-19 em apenas três meses já matou 124 grávidas e puérperas, isto é, mais que o dobro. “No início, se apontou que o coronavírus não seria tão grave nas gestantes, mas o Brasil tem mostrado um cenário diferente”, explica a enfermeira.

Chamado de “A tragédia



Das 160 mortes no mundo, 124 foram no Brasil

da Covid-19 no Brasil”, o estudo foi feito em conjunto entre pesquisadores da UNESP, UFSCAR, FIOCRUZ, IMIP e UFSC para monitorar as mortes das brasileiras. Para reunir as informações, eles consultaram a base de dados do Ministério da Saúde, que aponta os casos de doença por Síndrome Respiratória Grialp.

A reunião de dados para o estudo começou em março, no início da pandemia. “Nós prevíamos que no Brasil, a taxa de mortalidade materna teria um comportamento diferente do resto do mundo, principalmente, devido à precariedade do nosso sistema de saúde”, afirmou Maíra.

Das 978 grávidas ou mulheres no pós-parto diagnosticadas com Covid-19 entre os dias 26 de fevereiro e 18 de junho no país, **124 morreram** – um número 3,4 vezes superior ao total de mortes maternas relacionadas ao novo coronavírus em todo o mundo no mesmo período.

Os números indicam tam-

bém que a taxa de letalidade da doença entre as grávidas no Brasil é de 12,7%, a mais alta do mundo.

No estudo, os pesquisadores identificaram que das 124 mães que morreram, 27% não foram internadas na UTI — Unidade de terapia intensiva — e 36% não foram entubadas. “Isso não é esperado, já que a covid é uma doença respiratória. Uma das hipóteses é que estejam faltando leitos de UTI para algumas mulheres ou elas estão chegando num estado tão grave que não é possível mais socorrê-las”.

Outro ponto destacado pela pesquisadora é a insuficiência de testes realizados em gestantes. “As grávidas precisam ter prioridade nas testagens, pois se são diagnosticadas com antecedência, conseguem chegar ao hospital mais cedo”. Com relação às comorbidades, o estudo identificou também uma relação de mortalidade maior em mulheres com doenças cardíacas, diabetes e obesidade.



Movimento condena a formação de uma “estrutura paralela” no instituto

Bolsonaro quer impedir o INPE de fiscalizar a Amazônia, denunciam os Cientistas Engajados

O Movimento Cientistas Engajados, que reúne mais de 285 pesquisadores de todo o Brasil, divulgou neste sábado (18), uma nota em defesa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do combate à devastação da Amazônia.

No documento, os cientistas relembram os desmandos da gestão de Bolsonaro com a pasta, quando no ano passado, exonerou o diretor do Inpe Ricardo Galvão, após a divulgação sobre os dados crescentes do desmatamento, captados por satélites e disponibilizados no portal Terra Brasilis, do instituto. A época, Jair Bolsonaro desqualificou os dados do órgão oficial e disse que o diretor do instituto deveria estar a “serviço de alguma ONG”.

Da mesma forma, na última segunda-feira (13), o governo exonerou a coordenadora-geral de Observação da Terra do Inpe, Lúbia Vinhas. A exoneração foi assinada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes no Diário Oficial da União. Os cientistas destacam que a exoneração de Lúbia colocou em evidência uma intempestiva reestruturação que está em curso no órgão.

Segundo os cientistas, “nos últimos dois meses vive o INPE uma situação peculiar e única na sua história: convive com uma estrutura administrativa oficial, a que está no regimento atual e válido, e uma estrutura paralela, que opera, governa e decide sobre o INPE”.

A exoneração aconteceu depois da divulgação dos dados que mostram que o desmatamento da Amazônia de janeiro a junho de 2020 foi 25% superior ao do mesmo período em 2019, chegando a 3.069,57 km² desmatados. Somente em junho, o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Inpe, alertou para o desmatamento em 1.034,4 km². Em relação ao mesmo mês de 2019, o desmatamento cresceu 10,65% e foi o maior dos últimos cinco anos.

O movimento condena ainda a decisão do governo Bolsonaro de manter o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro em segundo plano, sem qualquer mudança ou reestruturação da direção interina do órgão. “Ao transcorrer do tempo foi ficando clara a incapacidade do Diretor Interino de agregar e liderar qualquer processo de reestruturação interna, uma vez que está enfraquecido pela forma imprópria, do ponto de vista acadêmico, pela qual foi levado ao cargo”.

Dessa mesma forma, os cientistas indagam o descaso que a direção interina do órgão teve, sem levar em consideração a participação do Conselho Técnico-Científico (CTC), gerando um processo seletivo de forma autoritária.

“Ignorando também a instância maior de assessoramento do Inpe, o Conselho Técnico-Científico (CTC), prosseguiu o Diretor Interino com seu processo seletivo fora dos regulamentos e da publicidade, razão pela qual pode ser, inclusive, referido como autoritário, causando preocupação entre os pesquisadores da instituição principalmente no que se refere ao atendimento das previsões regimentais, outro instrumento de publicidade que explicita a forma como o órgão público se organiza”.

Diante de tudo o descaso que o governo vem realizando, sucateando o Inpe, o Movimento dos Cientistas Engajados conclui a nota reivindicando cinco pontos.

“Toda essa movimentação extemporânea, intempestiva, açodada e amadora corrobora com a percepção de que pode estar em curso uma tentativa de impedir que o INPE continue desempenhando seu papel de vigilância sobre o desmatamento da Amazônia, razão pela qual, nós, do Movimento Cientistas Engajados solicitamos:

a) que o MCTI adote medidas de investigação sobre as condutas praticadas, principalmente no que tange ao estabelecimento de uma estrutura paralela. Esta investigação deve ter como meta tornar públicos todos os documentos referentes à reestruturação em curso.

b) que o MCTI interrompa imediatamente o processo de reestruturação até que a investigação mencionada seja finalizada.

c) que o Comitê de Busca, durante o processo de escolha do novo Diretor, utilize como parâmetro para a seleção exclusivamente o regimento interno público e válido.

d) que o MPF abra investigação para avaliar condutas da Direção da instituição, visando garantir que as boas práticas de gestão colegiada, previstas no âmbito das Unidades Gestoras do Governo Federal sejam observadas, interrompendo qualquer atuação da Direção fora do contexto do Regimento Interno válido.

e) que o Ministério exclua do Comitê de Busca membros cuja titulação acadêmica esteja abaixo das requeridas dos candidatos no Edital”.

“O Inpe, que em agosto completará 59 anos, desde a sua criação tem se mantido e comportado como uma instituição civil do Estado brasileiro e não a serviço de governos. Passou pelos turbulentos anos pré-golpe civil-militar de 1964, produziu com independência e autonomia científica durante todo o período da ditadura e chegou aos anos da redemocratização íntegro na sua missão científica. Nesse período, o INPE construiu espaços de transparência e maior participação de sua comunidade em órgãos colegiados e nas escolhas de seus dirigentes e gestores, uma forma moderna de gestão que garante o controle interno e qualidade de suas decisões”.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Guedes quer propor a contratação por hora trabalhada sem direito a FGTS

“Proposta do governo visa extinguir salário mensal e direitos”, afirmam sindicatos

Entidades sindicais reagiram à proposta do governo, divulgada nesta quarta-feira (15), que altera regras de contratos de trabalho.

Segundo reportagem do Uol, o governo pretende enviar ao Congresso Nacional uma proposta que prevê regime de contrato por hora de trabalho, o que acabaria com o salário mínimo mensal.

Assim como o salário mensal, a proposta também extinguiria as férias remuneradas, 13º salário e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), ou seriam calculados proporcionalmente.

Para o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Alagoas (Sindjus-AL), trata-se de “mais uma reforma trabalhista sendo programada pelo governo Bolsonaro”.

Segundo a entidade, o governo quer chamar de Carteira Verde Amarela digital, e Guedes já adiantou que “a nova carteira vai permitir o registro por hora trabalhada de serviços prestados pelo trabalhador para vários empregadores. Não haverá cobrança de encargos trabalhistas, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária”.

“Sabemos que o governo quer retirar direitos essenciais trabalhistas, como o FGTS, bem como reduzir salário, ao implantar pagamento por horas, retirando o direito ao repouso semanal remunerado, entre outras garantias, como horas extras”, afirma o Sindicato.

O Sindicato dos Bancários de Santos também repudiou a proposta. “O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer liquidar de vez com o regime de trabalho vigente no país e inaugurar o tempo do regime de contratação por hora trabalhada, acabando com o salário mensal. Se o projeto for realizado, todos os trabalhadores do país serão precarizados, como os entregadores dos aplicativos”, ressaltou.

Tania Rego/Agência Brasil



Parlamentares defendem 14º salário emergencial para aposentados em dezembro

Deputados e senadores estão defendendo que o Governo conceda o pagamento, em dezembro, do 14º salário emergencial aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Na última semana, o deputado federal Jesus Sérgio (PDT/AC) protocolou um requerimento sugerindo ao Ministério da Economia, o pagamento do 14º salário, em caráter excepcional, a aposentados e pensionistas.

No Senado, o benefício foi apresentado através de um projeto de lei (PL 3.657/2020) de iniciativa popular, acatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A sugestão do advogado Sandro Lúcio Gonçalves ao Portal e-Cidadania recebeu mais de 30 mil apoios. Ele argumentou que o 14º salário emergencial vai beneficiar tanto as famílias como a economia. O senador Paim lembrou que, mesmo antes da pandemia, cerca de 10 milhões de brasileiros sobreviviam com a renda dos idosos.

As duas iniciativas têm por objetivo garantir que o 14º salário atenda a população mais vulnerável para atenuar os impactos da crise econômica que se agrava com a pandemia da Covid-19, na qual estão incluídos os aposentados e pensionistas. Jesus Sérgio tam-

bém defendeu em seu requerimento que o 14º salário seja estendido aos trabalhadores que recebem auxílio-doença e auxílio-acidente da previdência social.

Para o parlamentar, o pagamento do benefício vai representar dinheiro injetado no comércio local de cada município, gerando impostos, movimentando a economia local, fortalecendo empregos e colaborando para a retomada do crescimento econômico do país.

A indicação foi aprovada pelo plenário virtual e enviada ao Ministro da Economia Paulo Guedes a fim de ser analisada.

Os parlamentares estão pedindo que sindicatos e associações de aposentados enviem suas reivindicações de apoio ao projeto (3657/2020) que tramita no Senado e, à sugestão 704/2020, aprovada na Câmara.

Os aposentados do INSS já receberam antecipadamente o abono natalino deste ano. Por causa da Pandemia da Covid-19, o Governo antecipou o pagamento em duas parcelas nos meses de março e abril, assim não terão mais nada para receber deste abono.

Por essa razão que o Congresso Nacional se mobilizou para, excepcionalmente, encontrar um caminho que possibilite pagar um benefício emergencial aos mais vulneráveis nesse momento de pandemia.

Marcos Oliveira/Agência Senado



MP autorizava negociações individuais acima dos acordos coletivos

Foto: PCdoB



Orlando Silva (PCdoB-SP) foi o relator do projeto na Câmara ds Deputados

Barrar desoneração da folha é instituir um programa de demissão no país, diz Orlando

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator da medida que prorroga a desoneração da folha de pagamento das empresas até 2021, afirmou que “se o Congresso barrar a prorrogação, será instituído um programa de demissão” a partir de janeiro.

O trecho que previa a prorrogação da desoneração foi um dos itens vetados pelo presidente Jair Bolsonaro ao sancionar a Medida Provisória 936, no dia 7 de julho.

A extensão da desoneração da folha, que permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a Previdência Social (contribuição patronal), também está sendo defendida por setores empresariais como importante medida de incentivo ao emprego.

A derrubada do veto pelo Congresso foi defendida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em carta enviada ao

presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), na semana passada.

“O adiamento da desoneração da folha por um ano é medida imprescindível para a preservação de estruturas produtivas que abrangem milhões de empregos formais diretos, aos quais se somam milhões de postos de trabalho em suas redes de produção”, diz a carta.

A desoneração da folha de pagamento, se não tiver o veto presidencial barrado no Congresso, se encerrará em dezembro. A medida beneficia atualmente 17 setores da economia que são responsáveis por 6 milhões de empregos diretos.

Segundo o deputado Orlando Silva, até aliados do governo foram favoráveis à medida durante a aprovação no Congresso. “Houve entendimento dos líderes. O líder do governo na Câmara (major Vitor Hugo -PSL-GO) encaminhou favoravelmente”, afirmou o deputado.

O governo defende que a prorrogação é inconstitucional, mas parecer técnico da Câmara dos Deputados,

divulgado na semana passada, afirma que a medida está dentro das regras da Constituição.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também defende a medida e afirma que, em relação ao Orçamento de 2021, o Congresso deve encontrar uma maneira de bancar a prorrogação e argumenta que, sendo assim, não haveria inconstitucionalidade. Também para o deputado Orlando Silva, a tese de inconstitucionalidade, defendida pelo governo para justificar o veto, não tem base, já que o Congresso se comprometeu a buscar fontes de recursos para compensar as perdas de arrecadação. “Tenho certeza de que o STF vai avalizar a decisão do Congresso, que foi unânime”, afirmou.

Na próxima semana, uma reunião de líderes no Senado deve definir quando o veto do presidente Bolsonaro será analisado.

Para derrubar o veto é necessário a maioria absoluta de votos da Câmara e do Senado.

Técnicos da Câmara afirmam em parecer que prorrogação da desoneração é constitucional

Técnicos da Câmara dos Deputados divulgaram um parecer afirmando que a prorrogação da desoneração da folha salarial até o fim de 2021 está dentro das regras da Constituição. Aprovado pelo Congresso Nacional na votação da Medida Provisória 936, o dispositivo que amplia o benefício para 17 setores da economia foi vetado por Bolsonaro no último dia 7.

Os líderes do Congresso se articulam para derrubar o veto e recuperar a proposta aprovada pelos parlamentares. A medida aprovada no Congresso prorroga o benefício por mais um ano com as mesmas regras atuais.

Segundo parecer da Mesa Diretora da Câmara, a reforma da Previdência, aprovada em 2019, proíbe a criação de novas

desonerações no País, mas não traz nenhuma vedação para a prorrogação de benefícios existentes antes da promulgação da medida, como é o caso da desoneração.

Atualmente o benefício, que se encerra em dezembro, permite às empresas adotarem uma base de cálculo diferenciada para a contribuição previdenciária sobre a folha salarial, substituindo a alíquota de 20% sobre os salários dos funcionários por uma com valores que vão de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A prorrogação foi aprovada pelo Congresso dentro da medida provisória que autorizou a redução de jornada e salário em função da pandemia de covid-19 (MP 936).

O parecer assinado pelo secretário-geral da Mesa da Câmara, Leonardo Au-

gusto de Andrade Barbosa, e do adjunto de Coordenação Técnico-Jurídica da instituição, Roberto Carlos Martins Pontes, afirma que “o certo é que a EC/2019 (reforma da Previdência) não vedou a prorrogação, mas apenas a instituição de novas desonerações e a inserção de novos setores da economia nesse benefício fiscal”.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu a prorrogação da medida. “A prorrogação por um ano acho que é perfeitamente possível, que o governo tem condições de colocar no Orçamento e que claro que, se o parlamento derrubar o veto, cabe ao parlamento encontrar os caminhos para fechar o orçamento de 2021”, disse o deputado na terça-feira (14).

Medida Provisória, editada em março, foi retirada da pauta por Davi Alcolumbre

A Medida Provisória 927, editada pelo governo em março com o objetivo de reduzir direitos trabalhistas durante o período de pandemia, foi retirada de pauta pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e perdeu a validade no último domingo.

A Medida foi alvo de repúdio por diversos setores, entre juízes do trabalho, entidades sindicais e parlamentares. A medida foi também considerada inconstitucional pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), segundo a qual a MP produziria “efeitos brutais que violam garantias mínimas que a Constituição brasileira assegura aos trabalhadores, sobretudo com prejuízos severos à renda dos trabalhadores e à sua integridade física”.

O projeto foi considerado uma minirreforma trabalhista, prevendo medidas como negociações individuais acima dos acordos coletivos, aumento da jornada de trabalho para determinadas categorias, antecipação de férias e formação de banco de horas para compensação em até 18 meses. O relator do projeto chegou a tentar incluir no texto regras anteriormente rejeitadas pelo Congresso, como o trabalho aos domingos e feriados, mas não seguiu com a proposta.

Para as entidades sindicais, o governo se aproveitou da pandemia “porque os pedidos e encaminhamento das medidas provisórias para o Congresso não têm que passar pelas comissões, vão direto para o plenário e são votadas por vídeo conferência. O que tem facilitado todos seus encaminhamentos no Congresso que vão no sentido de retirar direitos dos trabalhadores e as entidades sindicais de sua função de representação”, disse Artur Bueno, presidente

da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação (CNTA).

“Quando não se tem entendimento é praticamente impossível votar MP ou uma matéria com a complexidade dessa”, afirmou o senador Davi Alcolumbre.

Para os trabalhadores, a retirada de pauta foi considerada uma vitória. Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), destacou que “a pressão da CTB e das centrais sindicais, das organizações dedicadas à defesa do Direito do Trabalho, dos movimentos sociais, partidos e parlamentares progressistas, foi fundamental para este resultado, que traduz uma derrota do governo e uma relevante vitória da classe trabalhadora e das forças democráticas. Caducou mais uma dura medida do governo de extrema direita orientada pelo objetivo reacionário de liquidar o Direito do Trabalho e condenar os trabalhadores e trabalhadoras ao absoluto arbítrio do patronato”.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição, considerou que a matéria é tão controversa, que todos os partidos de oposição apresentaram destaques ao texto a ser votado.

Segundo ele, “foi uma reação não só da oposição, mas conjunta, combinado com partidos de centro, porque é um texto que é impossível de angariar qualquer tipo de consenso”.

Até o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), reconheceu a complexidade do tema e a dificuldade para votação. Segundo ele, faltou argumento por parte da própria liderança do governo para convencer os senadores sobre a votação da MP.

Michel Dantas/AFP



CNBB pede derrubada de vetos de Bolsonaro contra ajuda a indígenas

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou na tarde de segunda-feira (13), uma “Carta aberta ao Congresso Nacional” solicitando, o quanto antes, a realização de uma sessão do Poder Legislativo para que os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei (PL) nº 1142/2020 sejam analisados e derrubados.

O PL nº 1142, convertido em Lei 14.021, dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

Na Carta, a entidade afirma ter sido louvável o processo de aprovação, no Legislativo Federal, do Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais (PL nº 1142/2020). De acordo com a CNBB,

o texto é fruto dos esforços coletivos de parlamentares, representações das comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil.

Na avaliação da organização, os vetos são eticamente injustificáveis e desumanos, pois “negam direitos e garantias fundamentais à vida dos povos tradicionais, como por exemplo o acesso a água potável e segura, que “é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos” (Papa Francisco, Laudato Si, 30)”.

A CNBB afirma ainda que os vetos do governo atentam contra a Constituição Federal uma vez que, “ao abolir a obrigação de acesso à água potável e material de higiene, de oferta de leitos hospitalares e de terapia intensiva, de ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea, bem como outros aspectos previstos no PL 1142/2020, como alimentação e auxílio emergencial, os vetos violam o princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, inc. III), do direito à vida (CF, art. 5º, caput), da saúde (CF, arts. 6º e 196) e dos povos indígenas a viver em seu território, de acordo com suas culturas e tradições (CF, art. 231)”.

Londres cede à pressão de Trump e atrasa 5g na Inglaterra

Governo Boris Johnson se dobra às pressões de Trump contra as redes 5G da Huawei e leva a gigante chinesa das telecomunicações a advertir que isso empurrará a Grã Bretanha “à pista digital lenta, contas mais caras e ampliação da brecha digital”. A Huawei, que pediu a reconsideração da decisão, considerou-a “decepcionante” e “politicizada”, e “uma má notícia para qualquer pessoa no Reino Unido com um celular”.

Na terça-feira, o governo britânico reverteu decisão anterior que permitia a presença da Huawei como fornecedor da malha de 5G, e anunciou a proibição a partir de 31 de dezembro da compra de novos equipamentos da gigante chinesa e, até 2027, a total remoção dos equipamentos e componentes chineses já instalados no país. Em janeiro, a Huawei tinha sido autorizada a participar da implantação do sistema 5G até um limite máximo 35% das redes em território britânico.

O ministro da Digitalização, Cultura, Mídia e Esporte, Oliver Dowden, admitiu que o veto à Huawei terá enorme custo para a economia britânica e adiará significativamente o 5G no país. Ele estimou que a proibição irá atrasar tais redes em dois a três anos, a um custo de 2 bilhões de libras. Empresas inglesas de telecomunicações já chiaram do recuo, enquanto a oposição considera-o um “desastre”.

A Huawei é a maior fabricante mundial de equipamentos de telefonia e a maior detentora de patentes de 5G do mundo – além da segunda maior fabricante de smartphones, à frente da Apple. Seus produtos, graças às inovações, são muito mais baratos que a concorrência.

As redes de alta velocidade 5G são a base para a digitalização dos processos produtivos na nuvem, a intensificação da conectividade para um novo patamar e para a Internet e a Inteligência Artificial, assim como para os chamados veículos autônomos. Os concorrentes da Huawei estão atrasados de dois a três anos em relação aos seus avanços e as corporações norte-americanas perderam a relevância no setor. Por essa razão foi transformada pelo governo Trump no alto preferencial de sua guerra ao domínio da alta tecnologia pela China.

O veto foi apresentado pelo ministro Dowden, que disse: “Não é uma decisão fácil, mas é correta para as redes de telecomunicação do Reino Unido, segurança nacional e economia, agora e a longo prazo”.

O ministro do Meio Ambiente, George Eustice, tentou justificar a adesão a Trump, dizendo que o contexto do uso da tecnologia Huawei no território britânico “mudou ligeiramente” em decorrência das sanções dos EUA contra a empresa chinesa.

Também o Centro Nacional de Cibersegurança da Sede de Comunicações do Governo (GCHQ) informara recentemente ao governo que não poderia mais garantir o fornecimento estável de equipamentos da Huawei depois que os EUA anunciaram a imposição de novas sanções contra a Huawei, inclusive o fornecimento de chips de procedência norte-americana a partir de setembro.

A Huawei se comprometeu em continuar apoiando seus clientes britânicos e rechaçou as alegações quanto à “segurança”, ressaltando que o que estava em jogo era “a política comercial dos EUA e não a segurança”. Manifestou-se, ainda, segura sobre a “resiliência” de seus equipamentos e sua capacidade de superar quaisquer bloqueios de fornecedores.

Washington jamais apresentou qualquer evidência por menor que fosse de sua acusação de que os equipamentos da Huawei ameaçariam a segurança de quem quer que seja, mas em compensação a espionagem digital em massa da NSA, com ajuda das gigantes norte-americanas das telecomunicações, é questão inconteste desde as revelações de Edward Snowden.

E o que estaria tirando o sono de certa gente em Washington é que aquela infraestrutura de telecomunicações toda gramepada pelos norte-americanos, no planeta inteiro, vai virar peça de museu com o advento do 5G chinês. NSA e CIA vão ter muita dificuldade para instalar suas portas dos fundos como estão acostumadas a fazer.

Íntegra da matéria em: www.horadopovo.com.br

Governo boliviano tirou 10% das aposentadorias para injetar nos bancos

“A última coisa que faz o atual governo boliviano é pensar nas pessoas. Fui surpreendido quando 10% dos recursos dos Fundos de Pensão foram injetados nos bancos privados”, afirmou Luis Arce, ex-ministro da Economia e atual candidato à presidência pelo Movimento Ao Socialismo – Instrumento Político pela Soberania dos Povos (MAS-IPSP), em entrevista à Gigavisión.

Segundo Arce, que como ministro liderou por seis anos consecutivos os mais altos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, o fato da presidente Jeanine Añez ter possibilitado a retirada de 10% dos recursos de aposentadorias dos trabalhadores nas Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) para que sejam repassados aos banqueiros é um completo descalabro.

“O que faz este governo é favorecer o grande capital”, assinalou o candidato do MAS. “Estamos falando de 17 bilhões de dólares que temos nos Fundos de Pensão neste momento, 10% disso é 1,7 bilhão de dólares”, alertou. “É tudo para que os bancos ganhem liquidez”, acrescentou.

O índice de liquidez de um banco privado, assinalou Arce, é uma porcentagem matemática que reflete a quantidade de ativos totais que a entidade possui em forma líquida, ou seja, dinheiro

ou similar. De acordo com o economista, uma instituição financeira deve ter ativos líquidos suficientes para cumprir suas obrigações. O que fazem agora é se utilizar de recursos da poupança de homens e mulheres, de contribuintes, para manter suas elevadas taxas de lucro.

Diferente disso, a ‘Lei excepcional de adiamento de pagamentos de crédito e redução temporária do pagamento de serviços básicos’ – aprovada pela Assembleia Legislativa Plurinacional, em que o MAS tem maioria – garantiu que os clientes possam postergar automaticamente o pagamento de amortizações de crédito para capital e juros. Este direito durará pelo tempo da Declaração de Emergência e pode levar até seis meses após o levantamento da emergência, aspecto que não vem sendo cumprido pela Autoridade de Supervisão do Sistema Financeiro (ASFI) e por vários bancos do país.

Tal atropelo também foi duramente criticado pelo candidato do MAS.

Como tem dito Arce, a Bolívia é dos poucos países no mundo – somente há quatro, e único dos emergentes –, em que o sistema de pensões e aposentadorias cobre 100% da população, algo que foi conquistado durante a gestão do presidente Evo Morales. “Isso vem dos recursos naturais, do gás.

LEONARDO SEVERO

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

John Lewis, uma vida dedicada à luta contra segregação e racismo



Lewis teve o crânio fraturado ao ser espancado durante a Marcha de Selma

Prefeito de Portland exige que Trump retire sua tropa de choque da cidade

“Mantenha suas tropas em seus próprios edifícios ou tire-as da nossa cidade”, exigiu o prefeito de Portland, Ted Wheeler, diante da truculência das forças federais, que vêm atacando com gás lacrimogêneo e balas de borracha manifestantes pacíficos que exercem seu direito de expressão contra o racismo e a injustiça. Um manifestante atingido por uma bala de borracha disparada à queima-roupa teve o crânio fraturado na semana passada.

“O que está acontecendo aqui é que temos dezenas, talvez centenas, de tropas federais chegando na cidade. O que eles estão fazendo é agravar a situação”, denunciou Wheeler em declarações ao programa “Stage of the Union”, da CNN.

“Na verdade, a presença de agentes federais está resultando em mais violência e vandalismo. Não estão ajudando em nada. Não os quero aqui. Não os chamamos. Assim, quero saiam”, continuou Wheeler.

A truculência das forças federais de Trump em Portland também foi rechaçada pela governadora democrata, Kate Brown. “Eles só querem escalar [o confronto]. Eles querem dominar as ruas”.

Terceiro maior porto da costa oeste, e maior cidade do estado de Oregon, Portland foi cenário de grandes manifestações de repúdio ao linchamento

de George Floyd e os trabalhadores portuários chegaram a fazer uma paralisação em solidariedade.

As forças federais que Trump enviou são tropas de elite da Imigração e da Segurança Interna (Homeland), sob o pretexto de que era preciso “proteger” prédios federais de Portland da suposta repetição da “área libertada” de Seattle, no vizinho Washington.

Ao visitar Portland, o secretário de Segurança Interna do governo Trump, Chad Wolf, classificou os manifestantes de “anarquistas sem lei”, dando o sinal verde para que seus comandados cometessem todo tipo de desmando.

A Rádio Pública de Oregon noticiou – o que foi confirmado por vídeos – que agentes de Trump sem identificação circulam em veículos sem placa e capturam supostos manifestantes, que sequer estão próximos de prédios federais.

O porta-voz de Brown, Charles Boyle, disse na sexta-feira que a prisão de pessoas sem causa possível é “extremamente preocupante e uma violação de suas liberdades civis e direitos constitucionais”.

“Normalmente, quando vemos pessoas em veículos não identificados tirando à força alguém da rua, chamamos de sequestro”, afirmou Jann Carson, diretor-executivo interino da seção estadual da principal

entidade de defesa das liberdades democráticas dos EUA, a ACLU. “As ações dos agentes federais militarizados são claramente inconstitucionais e não ficarão sem resposta”, acrescentou.

Confirmando tudo, o vice da Homeland, Ken Cuccinelli, disse em entrevista à Rádio Pública (NPR) que seus agentes “usaram veículos não identificados para manter os mesmos a salvo e longe das multidões, ao mesmo tempo que levaram os detidos para um local seguro para interrogatório”.

A ACLU impetrou uma ação para deter os agentes federais de Trump que “atorrорizam a comunidade, põem vidas em risco e atacam brutalmente manifestantes que repudiavam a brutalidade policial”.

Também a procuradora-geral de Oregon, Ellen Roseblum, foi aos tribunais contra o Departamento de Segurança Interna (Homeland), o Serviço de Xerifes federais e a Imigração e Alfândega por “violarem os direitos civis dos cidadãos de Oregon e os deterem sem causa provável”.

A ação assinala, ainda, que foi impossível identificar individualmente os agentes que cometem os atropelos por não usarem em operação “qualquer identificação, nem mesmo a agência que os emprega”.

Acesse a matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Multidão diante da residência de Netanyahu: “Fora corrupto!”

Milhares de manifestantes tomaram as ruas de Jerusalém e Tel Aviv no sábado, dia 18, aos brados de “Fora Corrupto!”, referindo-se aos processos que avançam contra o premiê Netanyahu e “Chega de negligência!”, em repúdio ao descaso com a pandemia que tem cobrado um alto índice de mortos e contágios (razão de 1,54 de transmissão, quando a do Brasil, apesar do elevado número de atingidos, está em 1,11).

As manifestações do sábado incluíram mais de 200 atos ao longo dos cruzamentos de estradas do país.

Os manifestantes israelenses tomaram as ruas quarto vez durante a semana que passou. O ato de Jerusalém cercou a residência do primeiro-ministro Bibi Netanyahu e também percorreram avenidas centrais, a exemplo da Rua Yaffa, desafiando proibições policiais.

Em Tel Aviv a manifestação também houve confrontos com a polícia. O ato aconteceu no Parque Charles Clore, como estava permitido, mas os manifestantes seguiram pelas ruas centrais da cidade em desafio a proibições. Houve dezenas de prisões.

Os atos são em protesto contra o descontrole resultante de uma segunda onda após abertura desmesurada (quando houve até o fim do uso



Participação é crescente nos atos pela saída do premiê



Bibi Netanyahu é representado como presidiário

de máscaras e as praias ficaram lotadas) e contra a falta de qualquer apoio aos microempresários.

Além da acusação por corrupção a Corte de Jerusalém acaba de decidir que as audiências de exame das provas acusatórias contra Netanyahu por fraude, suborno e quebra de confiança terão início em janeiro do próximo ano e irão a um

ritmo de três sessões por semana), manifestantes também protestam contra a ameaça de anexação de 30% da Cisjordânia, com a usurpação de terras palestinas ao longo do Vale do Jordão. Desvario nitidamente usado por Netanyahu para desviar o foco dos processos aos quais responde e que tem sido mundialmente repudiado.

“Minhas prisões são distintivos de honra”, afirmou o deputado John Lewis, ao se referir às perseguições sofridas durante os longos anos de sua vida dedicados ao combate contra o segregacionismo. Lewis faleceu na sexta, 17

“Nossa luta não é uma luta de um dia, uma semana, um mês, um ano”, disse, em um de seus pronunciamentos, o deputado federal John Lewis, “é a luta de toda uma vida”.

Uma das características mais marcantes de Lewis, companheiro de lutas de Martin Luther King, era seu chamado ao otimismo, à confiança na vitória, a partir da luta, mesmo diante das maiores adversidades. O importante para ele era não deixar em paz os feitores da injustiça: “Não se deixe envolver por um mar de desespero, seja otimista. Nunca, nunca tenha medo de fazer algum barulho e de produzir algum transtorno, o necessário transtorno”.

John Lewis, membro do Congresso norte-americano desde 1986, pelo Estado da Geórgia, um dos maiores heróis da ampla e alongada luta dos norte-americanos contra o segregacionismo, morreu na sexta-feira (17) à noite, aos 80 anos de idade. Lutava contra um câncer de pâncreas.

O mais marcante dos momentos de sua jornada foi quando teve o crânio quebrado por um porrete de um policial do Alabama em 7 de março de 1965. A foto da violenta agressão à marcha encabeçada por Martin Luther King, de Selma a Montgomery, naquela que foi denominado o “Domingo Sangrento”, imagem que foi fartamente divulgada nos Estados Unidos, ajudou a acelerar o desencadeamento de um amplo movimento de massas pelos direitos civis dos negros por todo o país.

A pancadaria começou quando Martin Luther King, ele e mais uma série de ativistas começaram a caminhar na ponte Edmund Petrus à frente de 600 pessoas e prosseguiram desobedecendo às ordens de dispersão, há 55 anos.

A caminhada que ficou conhecida como a Marcha de Selma integrava uma série de manifestações e atividades em apoio ao direito dos negros ao voto, que era obstaculizado das mais diversas formas no sul do país.

Ele também integrou o grupo de 13 jovens denominado “Viajantes da Liberdade” que circularam pelo sul dos Estados Unidos em 1961 desafiando as leis de segregação nos transportes interestaduais da região.

Naquele período liderou atos contra a segregação em banheiros, hotéis, restaurantes, parques públicos e piscinas. Por sua atitude desafiadora da segregação institucionalizada, foi preso e espancado por diversas vezes.

Essa luta pelos direitos civis teve como uma das suas maiores conquistas a revogação por inconstitucionalidade das chamadas Leis Jim Crow, que, desde 1870, determinavam instalações separadas para brancos e negros em todos os locais públicos nos Estados que faziam parte dos antigos Estados Confederados, os que foram à guerra contra a ação de Abraham Lincoln para acabar com a escravidão nos Estados Unidos.

HERÓI

A presidente da Câmara dos Representantes (Deputados) Nancy Pelosi, ao anunciar o falecimento de Lewis referiu-se

ao deputado como “um dos maiores heróis da história americana”.

“De forma humilde chamamos o deputado Lewis de ‘colega’ e nos sentimos de coração partido com sua despedida”, acrescentou a deputada.

ESTUPIDEZ DE TRUMP

Em sua estupidez, o bilionário Trump, se referiu à postura crítica de Lewis a seu governo que se iniciava em 2017: “Ele é só conversa e nenhuma ação”, tuitou.

Na época, a presidente do Comitê Nacional Democrata, Donna Brazile, condenou as palavras de Trump em um encontro nacional do Partido Democrata: “Ele entrou em ação ao marchar de Selma a Montgomery. Ele entrou em ação ao caminhar em direção a homens munidos de cassetetes através da ponte Pettus. Eles fraturaram seu crânio por causa da cor de sua pele. Mas John Lewis nunca parou de marchar por justiça e igualdade para todas as pessoas”.

A sua conhecida relação com os ativistas judeus que lutaram ao seu lado contra o racismo, a exemplo do rabino Abraham Joshua Heschel, que atravessou a ponte em Selma ao lado dele e de Luther King, não o impediu de uma postura crítica aos governos israelenses. Em 2015 decidiu se retirar antes do pronunciamento de Bibi Netanyahu ao Congresso norte-americano. Naquele pronunciamento, Netanyahu foi denunciado por Lewis por um “anti-diplomático e desrespeitoso ataque ao presidente Obama e ao povo norte-americano”.

Naquela ocasião, Netanyahu foi ao Congresso dos Estados Unidos para detratar Obama em sua busca do acordo nuclear com o Irã, que seria depois rasgado por Trump.

Suas críticas à agressão israelense e solidariedade aos direitos do povo palestino não foram impeditivas à admiração por ele por parte do Comitê Judaico Americano que o saudou em sua passagem: “Um lutador de toda uma vida” ou pela Liga Anti-Difamação que o declarou: “um compasso moral de nossa nação”.

MARCHA A WASHINGTON

Lewis foi um dos oradores da Marcha A Washington por Emprego e Liberdade, de 1963, que ele ajudou a organizar e que reuniu um milhão na capital dos Estados Unidos e notabilizou Martin Luther King por seu pronunciamento conhecido como “Eu Tenho Um Sonho” diante do Lincoln Memorial.

Pouco mais de cinquenta anos depois daquele dia e pouco antes de seu falecimento, o deputado Lewis saudou as marchas que eclodiram por todo o país após o brutal assassinato de George Floyd por asfixia em Minneapolis.

“É muito emocionante, muito emocionante, ver centenas de milhares de pessoas por toda a América e em todo o mundo tomarem as ruas – para falar, para falar, para se envolverem naquilo que eu chamo de ‘bom transtorno’”.

“A sensação e a visão são tão diferentes”, acrescentou, “é tão mais massivo e inclusivo. Não há mais como retroceder”.

Pequim denuncia ‘lógica de gângster’ de Washington em relação a Hong Kong

A China classificou de “lógica de gângster” a ação do governo Trump que retirou de Hong Kong o status comercial preferencial, após soberanamente a Assembleia Nacional do Povo chinesa ter aprovado para a região administrativa especial a Lei de Segurança Nacional, que pune os crimes de secessão, terrorismo, colaboração com forças estrangeiras e sedição. Esse ato foi um de vários ataques do governo Trump contra a China ao longo da semana.

“A interferência insensata e as ameaças desavergonhadas dos Estados Unidos são uma lógica de gângster típica e um comportamento assediador”, assinalou o Escritório de Ligação de Pequim no porto e pólo financeiro.

A China acrescentou que a medida terá pouco impacto em Hong Kong e só prejudicará os interesses norte-americanos – Hong Kong é uma das poucas regiões do mundo com que os EUA têm superávit comercial.

O decreto de Trump permite a imposição de sanções e restrições de vistos a autoridades e bancos chineses por agirem contra a “democracia” em Hong Kong.

A interferência estrangeira ficou patente no ano passado, com uma conselheira da CIA alocada no consulado dos EUA, e passagem por Mossul e Cabul, sendo flagrada em vídeo dando instruções a “líderes das manifestações” e conhecidos secessionistas.

Atos que incluíram marchas até o consulado dos EUA com cartazes “Trump faça Hong Kong grande de novo” e bandeiras norte-americanas, e ao consulado inglês, onde foi cantado o hino do império britânico.

Washington e a antiga potência colonial vêm tentando frear a integração plena de Hong Kong à China – o que não tem contradição com o princípio de “um país, dois sistemas” – como forma de atrasar o avanço nacional da China e do multilateralismo e restauração do direito internacional, no lugar do “excepcionalismo” norte-americano que impera no mundo desde o fim do socialismo no Leste europeu.

Hong Kong foi subtraída da China a canho-naços no século XIX na Guerra do Ópio, movida pela Inglaterra para impor seu tráfico à milenar nação, e só foi devolvida em 1997 após longas negociações com Londres. Como a China já reiterou, “os dias de colônia já acabaram” e Hong Kong é um assunto interno chinês.

Além de Hong Kong, outros confrontos com a China tiveram lugar, sempre por iniciativa de Washington.

BOCA DE URNA ANTI-CHINA

A razão desse acirramento foi, como notou o jornal chinês de língua inglesa, Global Times, que as eleições presidenciais de 2020 estão se aproximando “e o presidente Trump está ficando atrás do candidato democrata Joe Biden” e decidiu “usar uma estratégia anti-China para atrair os votantes indecisos”.

Como essa estratégia está profundamente emaranhada com as proposições dos falcões contra a China em Washington – ressalta o GT – “isso tem levado a ataques crescentemente hostis e insanos contra a China”.

O próprio Trump busca fugir da responsabilidade pela pandemia de Covid-19 estar descontrolada a quatro meses da eleição, com uma campanha de racista de demonização da China pela “disseminação” do coronavírus e devastação da economia, com ele chamando a doença de “Kung Flu” e o patógeno de “vírus chinês”.

Como registra o jornal, “agora está difícil distinguir quanto desses rosnados entre os dentes são feitos para as eleições, e quanto vem do coração deles”.

O secretário de Estado e ex-diretor da CIA Mike Pompeo passou a dizer abertamente que são “ilegais” as reivindicações da China sobre o Mar do Sul da China, que têm como base a história, mesmo havendo pleitos de outros países, como Filipinas, Vietnã e Japão.

Os EUA sequer são signatários do Tratado sobre o Mar sobre o qual andam dando palpite. E, como disse um militar chinês, aqui é o Mar do Sul da China, não é o Caribe. Na semana passada, Trump enviou dois porta-aviões para manobras em paralelo com exercícios navais chineses, sob o pretexto da “liberdade de navegação”, na verdade, “liberdade de intervenção”.

Em outra declaração, Pompeo ameaçou de sanções a funcionários chineses de empresas de tecnologia [Huawei?] por supostamente fornecimento de apoio material a regimes envolvidos em violações e abusos de direitos humanos no mundo inteiro. Chegou até mesmo a classificar a China de “a mancha do século” nos direitos humanos.

Pompeo é aquele sujeito que, à testa da CIA, ficou famoso pelo vídeo em que, às gargalhadas, falava sobre os ‘trabalhos’ da agência que dirigia: “nós mentimos, nós fraudamos, nós roubamos”. Por modéstia ou disfarce, não falou dos assassínatos, sabotagens e terrorismo que fazem a fama da casa.

“MENTIRA DO SÉCULO”

A resposta veio logo, de parte da porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Hua Chunying, considerando as acusações de Washington sobre direitos humanos em Xinjiang como as “maiores mentiras do século” e relembrando o fato amplamente conhecido de que os EUA são “os maiores violadores de direitos humanos do mundo”.

“As autoridades americanas deveriam sentir vergonha de si mesmas, e a mídia e as pessoas dos EUA devem sentir pena de ter tais funcionários cheios de mentiras”, assinalou. Ela acrescentou que cabe ao povo chinês, e não a políticos de Washington, julgar o desempenho da China em direitos humanos.

Hua sugeriu a Pompeo que “pergunte a George Floyd e outras minorias étnicas sobre como eles vêem as condições de direitos humanos nos Estados Unidos, e pergunte aquelas vidas inocentes tragicamente perdidas no Iraque, Líbia e outros países sobre como eles vêem o desempenho dos EUA nos direitos humanos”.

A porta-voz enfatizou que “George Floyd não foi a única pessoa sufocada até a morte porque ‘não conseguia respirar’, já que a discriminação racial é generalizada nos Estados Unidos.”

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

Livro sobre mente doentia de Trump vende 950 mil cópias só no 1º dia



Mary afirma que “a reeleição de Donald colocaria em risco a democracia nos EUA”

União Europeia repudia sanções dos EUA contra construção de gasoduto com a Rússia

O alto representante para Assuntos Exteriores e Política de Segurança da União Europeia, Josep Borrell, afirmou na sexta-feira, 17, que as sanções dos Estados Unidos contra o gasoduto Nord Stream 2 são “contrárias” ao direito internacional e sublinhou que as políticas europeias “devem determinar-se pela e na Europa e não por terceiros”.

O Nord Stream 2, com 55 bilhões de metros cúbicos anuais, dobra o fornecimento de gás russo diretamente à Alemanha através do mar Báltico – e dali para outros países europeus –, e dificulta provocações de parte de governos hoje subservientes aos EUA, como o da Polônia e da Ucrânia, o que fortalece a segurança do fornecimento do gás vital para o crescimento da economia europeia com menos poluição.

“Estou profundamente preocupado pelo uso crescente de sanções, ou a ameaça de sanções, por parte dos EUA contra empresas e interesses europeus”, assinalou Borrell.

“A União Europeia se opõe ao uso de sanções por parte de terceiros países sobre empresas europeias que realizam negócios legítimos. Além disso, considera que a aplicação extraterritorial de sanções é contrária ao direito internacional”, assinalou.

“As políticas europeias devem determinar-se aqui na Europa e não por terceiros países”, frisou Borrell.

Polônia sai das urnas ainda mais dividida: 51% a 49%

Xenofobia e antisemitismo grassaram. “Foi uma campanha muito ríspida”, confessa o reeleito Andrzej Duda

A Polônia sai ainda mais dividida do pleito que reeleger por uma margem muito apertada -51% a 49% – o presidente Andrzej Duda, da coalizão Lei e Justiça (PiS)/Direita, contra o opositorista Rafal Trzaskowski, atual prefeito de Varsóvia, da Plataforma Cívica (PO). O comparecimento às urnas foi o segundo mais alto depois do fim do socialismo, 68%.

Literalmente dividida de cima a baixo. O PiS venceu na região leste do país e áreas rurais, bem como entre os eleitores com mais de 50 anos, com uma arenga sobre os “valores católicos” e a “família”. A oposição prevaleceu entre os jovens, nos centros urbanos e na região ocidental, com um programa a favor da democracia e da Europa.

Trzaskowski, que substituiu uma candidata que havia despendido para 4% nas pesquisas, quando a pandemia forçou o adiamento das eleições e chegou a 49%, saudou o resultado. “Isto é apenas o começo da estrada”, afirmou, depois de uma campanha em que afirmou que a escolha era

para este ano de 2020.

Também o Kremlin rechaçou as pressões, com o porta-voz Dmitry Peskov classificando as sanções contra o gasoduto de “uma violação direta do direito internacional” e “um exemplo perfeito de concorrência desleal” e de disseminação do “domínio artificial sobre os mercados europeus”.

Peskov denunciou que Washington está “impondo aos consumidores europeus produtos mais caros e não competitivos – gás natural mais caro”, e foi peremptório em que tais ameaças não conseguirão deter o Nord Stream 2. “O Nord Stream 2 será concluído”, garantiu.

O gasoduto deveria ter sido finalizado até o final do ano passado, mas em função de atrasos na liberação da colocação de dutos de parte das autoridades dinamarquesas, ficou para meados de 2020.

Nesse contexto, o ministro Heiko Maas afirmou que “a política energética europeia se implementa na Europa, não em Washington”. “Rechaçamos claramente as sanções extraterritoriais”, acrescentou.

O gasoduto em questão corresponde a uma extensão do atual gasoduto Nord Stream, e poderá abastecer 26 milhões de lares e reduzir consideravelmente o custo de energia nas desmedidas contas dos cidadãos europeus.

Polônia sai das urnas ainda mais dividida: 51% a 49%

Xenofobia e antisemitismo grassaram. “Foi uma campanha muito ríspida”, confessa o reeleito Andrzej Duda

A Polônia sai ainda mais dividida do pleito que reeleger por uma margem muito apertada -51% a 49% – o presidente Andrzej Duda, da coalizão Lei e Justiça (PiS)/Direita, contra o opositorista Rafal Trzaskowski, atual prefeito de Varsóvia, da Plataforma Cívica (PO). O comparecimento às urnas foi o segundo mais alto depois do fim do socialismo, 68%.

Literalmente dividida de cima a baixo. O PiS venceu na região leste do país e áreas rurais, bem como entre os eleitores com mais de 50 anos, com uma arenga sobre os “valores católicos” e a “família”. A oposição prevaleceu entre os jovens, nos centros urbanos e na região ocidental, com um programa a favor da democracia e da Europa.

Trzaskowski, que substituiu uma candidata que havia despendido para 4% nas pesquisas, quando a pandemia forçou o adiamento das eleições e chegou a 49%, saudou o resultado. “Isto é apenas o começo da estrada”, afirmou, depois de uma campanha em que afirmou que a escolha era

para este ano de 2020.

Também o Kremlin rechaçou as pressões, com o porta-voz Dmitry Peskov classificando as sanções contra o gasoduto de “uma violação direta do direito internacional” e “um exemplo perfeito de concorrência desleal” e de disseminação do “domínio artificial sobre os mercados europeus”.

para este ano de 2020.

Também o Kremlin rechaçou as pressões, com o porta-voz Dmitry Peskov classificando as sanções contra o gasoduto de “uma violação direta do direito internacional” e “um exemplo perfeito de concorrência desleal” e de disseminação do “domínio artificial sobre os mercados europeus”.

Peskov denunciou que Washington está “impondo aos consumidores europeus produtos mais caros e não competitivos – gás natural mais caro”, e foi peremptório em que tais ameaças não conseguirão deter o Nord Stream 2. “O Nord Stream 2 será concluído”, garantiu.

O gasoduto deveria ter sido finalizado até o final do ano passado, mas em função de atrasos na liberação da colocação de dutos de parte das autoridades dinamarquesas, ficou para meados de 2020.

Nesse contexto, o ministro Heiko Maas afirmou que “a política energética europeia se implementa na Europa, não em Washington”. “Rechaçamos claramente as sanções extraterritoriais”, acrescentou.

O gasoduto em questão corresponde a uma extensão do atual gasoduto Nord Stream, e poderá abastecer 26 milhões de lares e reduzir consideravelmente o custo de energia nas desmedidas contas dos cidadãos europeus.

Polônia sai das urnas ainda mais dividida: 51% a 49%

Xenofobia e antisemitismo grassaram. “Foi uma campanha muito ríspida”, confessa o reeleito Andrzej Duda

A Polônia sai ainda mais dividida do pleito que reeleger por uma margem muito apertada -51% a 49% – o presidente Andrzej Duda, da coalizão Lei e Justiça (PiS)/Direita, contra o opositorista Rafal Trzaskowski, atual prefeito de Varsóvia, da Plataforma Cívica (PO). O comparecimento às urnas foi o segundo mais alto depois do fim do socialismo, 68%.

Literalmente dividida de cima a baixo. O PiS venceu na região leste do país e áreas rurais, bem como entre os eleitores com mais de 50 anos, com uma arenga sobre os “valores católicos” e a “família”. A oposição prevaleceu entre os jovens, nos centros urbanos e na região ocidental, com um programa a favor da democracia e da Europa.

Trzaskowski, que substituiu uma candidata que havia despendido para 4% nas pesquisas, quando a pandemia forçou o adiamento das eleições e chegou a 49%, saudou o resultado. “Isto é apenas o começo da estrada”, afirmou, depois de uma campanha em que afirmou que a escolha era

para este ano de 2020.

Também o Kremlin rechaçou as pressões, com o porta-voz Dmitry Peskov classificando as sanções contra o gasoduto de “uma violação direta do direito internacional” e “um exemplo perfeito de concorrência desleal” e de disseminação do “domínio artificial sobre os mercados europeus”.

A psicóloga Mary Trump publicou o livro que tornou-se um best-seller, no qual tece o perfil psicológico rigorosamente crítico de seu tio Donald: “narcisista, mentiroso, intimidante”

O livro ‘Demais e nunca o suficiente: como minha família criou o homem mais perigoso do mundo’, escrito por Mary Trump, sobrinha do presidente Donald Trump, vendeu quase um milhão de cópias no primeiro dia em que foi colocado à venda nos Estados Unidos, informou a editora Simon & Schuster, na quinta-feira (16).

A quatro meses das eleições presidenciais, Mary, uma psicóloga filha do irmão mais velho de Trump, Fred Jr. – morto em 1981 aos 42 anos em consequência de alcoolismo –, publicou o livro em que relata suas vivências no seio de uma família que descreve como “tóxica” e tece um perfil psicológico profundamente crítico de seu tio Donald: “narcisista, mentiroso, intimidante”. Ela ainda ressalta suas arrogância e ignorância e diz que ele se encaixa nas características clínicas de um narcisista.

“Não posso deixar que Trump destrua também o meu país”, acrescenta, com o sentimento de responsabilidade de quem conhece meandros da personalidade de quem qualifica como “o homem mais perigoso do mundo”.

O irmão mais novo do presidente, Robert Trump, recorreu – sem sucesso – à Justiça para tentar bloquear a publicação, argumentando que Mary estava violando um termo de confidencialidade assinado em 2001 no âmbito de um acordo envolvendo uma disputa judicial sobre os bens de seu avô. A ação

pode até ter dado mais visibilidade à reportagem.

O juiz Hal Greenwald tinha bloqueado, em 30 de junho, a publicação do livro até pelo menos 10 de julho, mas o juiz Alan Scheinkman, do tribunal de apelações, afirmando que a Simon & Schuster “não faz parte do acordo”, suspendeu a proibição do lançamento, que acabou acontecendo na quinta-feira.

“Quando se publicar este livro, centenas de milhares de vidas estadunidenses terão sido sacrificadas no altar da arrogância e ignorância voluntárias de Donald. Se ele obtiver um segundo mandato, será o fim da democracia estadunidense”, escreveu Mary Trump, referindo-se entre outras questões à postura do presidente de negar a pandemia nos EUA, que apresentava na manhã da sexta-feira, 17, mais de 3.578.500 casos confirmados e 138.000 mortos.

As 950 mil cópias vendidas no dia do lançamento, incluindo pré-encomendas e versões em áudio e digitais, são um recorde para a editora Simon & Schuster, informou a empresa, que mandou imprimir mais cópias, distribuindo 1,15 milhão apenas no mercado norte-americano. O livro também encabeça as listas de mais vendidos da Amazon no Canadá e na Austrália.

Numa entrevista concedida nesta semana à emissora ABC, Mary Trump afirmou que, caso encontrasse Trump, diria para ele renunciar e que ele é um homem incapaz de exercer a presidência dos EUA.



Comício inicial de Trump reuniu 6 mil em vez dos esperados 100 mil num grande estádio na cidade de Tulsa

Trump demite chefe de campanha após despencar nas pesquisas

A menos de quatro meses das eleições presidenciais dos Estados Unidos, em queda livre chegando aos dois dígitos na última pesquisa, Donald Trump decide “reorganizar” sua equipe de campanha, que passou a ser comandada pelo até então vice-coordenador, Bill Stepien.

Em sua conta no twitter, Trump tentou colocar panos quentes no problema dizendo que tinha o “prazer de anunciar a promoção de Bill Stepien à liderança da campanha”, frisando que “Brad Parscale, que está comigo há muito tempo e lidera nossas tremendas estratégias digitais e de dados, permanecerá nesse papel, como consultor”. E acrescentou que “ambos estavam muito envolvidos em nossa histórica vitória de 2016, e espero que juntos tenhamos uma segunda e muito importante vitória”.

Para além do arremedo de justificativa, aponta a imprensa estadunidense, o destino do até então todo-poderoso “estrategista” Brad Parscale foi selado pelo “desastroso comício” de Tulsa, no Oklahoma – realizado há quase um mês –, em que Trump aguardava 100 mil inscritos para transbordar o pavilhão e compareceram somente 6 mil. Como se o problema da popularidade fosse de organização do chefe de campanha e não das políticas adotadas pelo seu governo.

Desde então, o que assinala a imprensa estadunidense é que a crise derivada da pandemia do coronavírus, dos mais de 3 milhões de contágios e dos sucessivos recortes de mortes, só se agravou, repercutindo mais fundo na descrença e na aversão do eleitorado, como atesta a margem de vitória dada nas pesquisas ao opositor e ex-vice-presidente democrata, Joe Biden.

Mas a realidade não deixa Trump nenhum pouco abatido, ignorando olímpicamente a tudo e todos em sua conta nas redes sociais. “A vitória deve ser muito mais fácil, pois nossos números de pesquisas estão aumentando rapidamente, a economia está melhorando, vacinas e tratamentos (para o coronavírus) logo estarão a caminho e os americanos querem ruas e bairros seguros!”, escreveu no twitter.

Comprovando que a campanha republicana acelera, pesada e desgovernada, pesquisa abaixo, a Universidade Quinnipiac apurou recentemente que o ex-vice-presidente tem uma vantagem de 15 pontos sobre o atual presidente. Divulgada nesta quarta-feira, a pesquisa da NBC News e do Wall Street apontou que 51% dos eleitores manifestaram apoio a Biden e 40% a Trump; com o republicano somando 42% de aprovação e 56% de reprovação.

Leia íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

Gregório de Matos e os primórdios da civilização brasileira (1)



“... desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização”
(Sigmund Freud)

CARLOS LOPES

Ter musicado – e cantado – um dos poemas de Gregório de Matos não é um dos menores méritos culturais de Caetano Veloso.

À cidade da Bahia

*Triste Bahia! Ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.*

*A ti trocou-te a máquina mercante
Que em tua larga barra tem entrado
A mim foi-me trocando, e tem trocado,
Tanto negócio e tanto negociante.*

*Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples acitais do sagaz Brichote.*

*Oh se quisesa Deus, que de repente
Um dia amanheceras tão sisuda
Que fora de algodão o teu capote!*

“Brichote” significava, no português baiano do século XVII, “estrangeiro”. A “cidade da Bahia”, claro, é Salvador, onde, *A cada canto um grande conselheiro Que nos quer governar cabana e vinha; Não sabem governar sua cozinha E podem governar o mundo inteiro.*

*Em cada porta um bem frequente olheiro
Que a vida do vizinho e da vizinha
Pesquisa, escuta, espregita e esquadrinha
Para o levar à praça e ao terreiro.*

*Muitos mulatos desavergonhados,
Trazidos sob os pés os homens nobres,
Posta nas palmas toda a picardia,*

*Estupendas usuras nos mercados,
Todos os que não furtam muito pobres:
E eis aqui a cidade da Bahia.*

Na época, a cidade era a capital da colônia. Como diz o padre Fernão Cardim, que lá chegou em março de 1583, como secretário da missão que os superiores dos jesuítas enviaram ao Brasil para supervisionar as atividades coloniais da Companhia de Jesus:

“A Bahia é cidade d’El Rei, e a corte do Brasil, nela residem os Sr. bispo, governador, ouvidor geral, com outros oficiais, e justiças de Sua Majestade; dista da equinocial treze graus; não está muito bem situada, mas por ser sobre o mar é de vista aprazível para a terra, e para o mar; a barra tem quase três léguas de boca, e uma enseada com algumas ilhas pelo meio, que terá em circuito quase 40 léguas, é terra farta de mantimentos, carnes de vaca, porco, galinhas, ovelhas, e outras criações; tem 36 engenhos, neles se faz o melhor açúcar de toda a costa, tem muitas madeiras de paus de cheiro, de várias cores, de grandes preços; **terá a cidade com seu termo passante de três mil vizinhos portugueses, oito mil índios cristãos, e três ou quatro mil escravos da Guiné;** tem seu cabido de cônegos, vigário geral provisor, etc. com dez ou doze freguesias por fora, não falando em muitas igrejas, e capelas que alguns senhores ricos têm em suas fazendas.

(...)

Tornando aos engenhos cada um deles é uma máquina e fábrica incrível, uns são de água rasteiros, outros de água copeiros, os quais movem mais e com menos gasto, outros não são d’água, mas movem com bois, e chamam-se trapiches; estes têm muito maior fábrica e gasto, ainda que moem menos, moem todo o tempo do ano, o que não tem os d’água, porque às vezes lhe falta.

“Em cada um deles, de ordinário há seis, oito e mais fogos de brancos, e ao menos sessenta escravos, que se requerem para o serviço ordinário; mas os mais deles têm cento, e duzentos escravos de Guiné e da terra.

(...)

“O serviço é insofrível, sempre os serventes andam correndo, e por isso morrem muitos escravos, que é o que os endivida, sobretudo este gasto; tem necessidade cada engenho de feitor, carpinteiro, ferreiro, mestre de açúcar com outros oficiais que servem de o purificar; os mestres de açúcares são os senhores de engenhos, porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores lhes dão mesa, e cem mil réis, e outros mais, cada ano.

“Ainda que estes gastos são mui grandes, os rendimentos não são menores, antes mui avantajados, porque um engenho lavra no ano quatro ou cinco mil arrobas, que pelo menos valem em Pernambuco cinco mil cruzados, e postas no Reino por conta dos mesmos senhores dos engenhos (que não pagam direitos por dez anos do açúcar que mandam por sua conta, e estes dez acabados não pagam mais que meios direitos) valem três em dobro.

“Os encargos de consciência são muitos, os pecados que se cometem neles não tem conto; quase todos andam amancebados por causa das



muitas ocasiões; bem cheio de pecados vai esse doce, porque tanto fazem; grande é a paciência de Deus, que tanto sofre” (cf. Fernão Cardim, **Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (São Paulo), etc. desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Cristóvão de Gouveia**, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1847, pp. 10-56, grifos nossos; v., também, Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ed. J. Leite & Cia., Rio, 1925, pp. 287-321).

O SEISCENTISTA

Durante bastante tempo, predominou na crítica, sobre Gregório de Matos, a posição de José Veríssimo:

“O que, portanto, havia no Brasil [no século XVII, o segundo século da então colônia de Portugal] era o seiscentismo, a escola gongórica ou espanhola, aqui amesquinhada pela imitação, e por ser, na poesia e na prosa, a balbuciante expressão de uma sociedade embrionária, sem feição nem caráter, inculta e grossa. Que o era, o mais perfunctório exame, a leitura ainda por alto dos versejadores e prosistas dessa época o mostrará irrecusavelmente. Não há descobrir-lhe diferença que os releve na inspiração, composição, forma ou estilo das obras. **Sob o aspecto literário são todos genuinamente portugueses, por via de regra inferiores aos reinóis.**

“A única exceção apresentada, a de Gregório de Matos, é impertinente. **Da sua obra a só porção distinta, e estimável por outras qualidades que as propriamente literárias, é a satírica ou antes burlesca.** A inspiração e feitiço desta não destoa, porém, quando se tem presumido da musa gaiata portuguesa do tempo, ilustrada ou deslustrada por D. Tomás de Noronha, Cristóvão de Moraes, Serrão de Castro, João Sucarelo, Diogo Camacho e quejandos, todos mais ou menos discípulos e imitadores, como o nosso patricio, do espanhol Quevedo, mas todos a ele inferiores.

“Como aos comuns motivos de satirizar de seus êmulos portugueses juntasse Gregório de Matos o estímulo do seu descontentamento de colonial gorado nas suas ambições e malogrado na sua vaidade, é talvez o seu estro satírico mais rico e, para nós, muito mais interessante que o daqueles.

“Não é, porém, nem mais original, nem mais subido. (...) **A parte séria das composições de Gregório de Matos é genuinamente do pior seiscentismo, como pela língua, estilo e outras feições o é também a sua porção satírica**” (cf. José Veríssimo, **História da Literatura Brasileira**, 1916, grifos nossos).

Depois de citar o trecho do padre Cardim sobre os pecados que abundavam na colônia do Brasil (“quase todos andam amancebados”, etc.), Veríssimo prossegue:

“E a obra satírica, como a mesma vida de Gregório de Matos, confirma essa descompostura de costumes. A essa população mistura incongruente de fidalguia e de ralé portuguesa, de negros e mulatos, e índios e mamelucos, de numerosa soldadesca e não menos copiosa clerezia, ocupavam-na também as devoções festivas nas sessenta e tantas igrejas da cidade e seus subúrbios” (*idem*).

Veríssimo, como observou Jamil Almansur Haddad, teve melhor julgamento contemporâneo – ou seja, melhor juízo sobre as obras de sua própria época – do que seu grande adversário na crítica e na historiografia literárias, Silvio Romero. Daí seu prestígio por décadas – e até hoje.

O exemplo mais citado é a avaliação do crítico paraense (Veríssimo foi, também, autor de alguns dos primeiros trabalhos sobre a economia da Amazônia) a respeito de Machado de Assis, quando comparada à avaliação do colega – e oponente – sergipano.

Abordamos essa questão em outro trabalho (v. **Machado de Assis e a luta pelo fim da escravatura**) e voltaremos a ela proxima-mente, mas existe mais de uma coisa, nessa apreciação da obra de Gregório de Matos, que deveria nos colocar em guarda.

A primeira: o que é a “parte séria” da obra de Gregório de Matos?

Por exemplo:

Nasce o Sol, e não dura mais que um dia,

*Depois da Luz se segue a noite escura,
Em tristes sombras morre a formosura,
Em contínuas tristezas a alegria.*

*Porém, se acaba o Sol, por que nascia?
Se é tão formosa a Luz, por que não dura?
Como a beleza assim se transfigura?
Como o gosto da pena assim se fia?*

*Mas no Sol, e na Luz falte a firmeza,
Na formosura não se dê constância,
E na alegria sinta-se tristeza.*

*Começa o mundo enfim pela ignorância,
E tem qualquer dos bens por natureza
A firmeza somente na inconstância.*

Seria este soneto um dos poemas da “parte séria” da obra de Gregório de Matos?

Qu, então, o seguinte, um dos “sonetos à D^a Angela”:

*Não vira em minha vida a formosura.
Ouvia falar nela cada dia,
E ouvida me incitava, e me movia
A querer ver tão bela arquitetura;*

*Ontem a vi por minha desventura
Na cara, no bom ar, na galhardia
De uma mulher, que em Anjo se mentia;
De um Sol que se travava em criatura;*

*Matem-me, disse eu, vendo abraçar-me,
Se esta a cousa não é, que encarecer-me
Sabia o mundo, e tanto exagerar-me;*

*Olhos meus, disse então por defender-me.
Se a beleza heis de ver para matar-me,
Antes olhos cegueis, do que eu perder-me.*

Este soneto seria parte da “parte séria” da obra de Gregório de Matos?

Não há como não sê-lo, sob pena de extirparmos Petrarca e Camões da literatura universal.

Mas, então, como dizer que “a parte séria das composições de Gregório de Matos é genuinamente do pior seiscentismo”?

É verdade que José Veríssimo também acha a mesma coisa da parte supostamente “não séria” da obra de Gregório de Matos (“como pela língua, estilo e outras feições o é também a sua porção satírica”).

Aliás, por que a parte satírica da obra de Gregório de Matos não integraria a “parte séria” de sua obra?

Por que aquele poema escrito quando o Rei de Portugal substituiu Antônio Luís Gonçalves por D. João d’Alencastre [João de Lencastre] como governador geral do Brasil, não faz parte da parte séria da obra de Gregório de Matos?

A D. João d’Alencastre

*Quando Deus redimiu da tirania
Da mão de Faraó endurecido
O Povo Hebreu amado e esclarecido,
Páscoa ficou da redenção o dia.*

*Páscoa de flores, dia de alegria,
Aquele Povo foi, tão afligido,
O dia em que por Deus foi redimido;
Ergo sois vós, Senhor, Deus da Baía.*

*Pois mandado pela alta Majestade
Nos remiu de tão triste cativoiro,
Nos livrou de tão vil calamidade.*

*Quem pode ser senão um verdadeiro
Deus, que veio extirpar desta cidade
O Faraó do Povo Brasileiro.*

Quando escreveu este poema, em 1694, o poeta já alcançara 71 anos. Morreria dois anos depois, em Recife, para onde voltara de Angola, onde fora exilado.

Porém, além de não pertencer à literatura brasileira, a obra de Gregório de Matos, para José Veríssimo, não existe ou é de uma mediocridade atroz.

O DOGMA CONTRA GÓNGORA

Como o crítico José Veríssimo chegou a essa conclusão?

Simplesmente, incluindo Gregório de Matos no gongorismo (“seiscentismo” é usado, acima, como sinônimo de gongorismo; algo, aliás, altamente impróprio, pois Gregório não tinha

como deixar de ser “seiscentista”, já que viveu no século XVII; assim como Luiz de Camões não tinha como deixar de ser “quinhentista”, já que viveu no século XVI).

Mas, aqui, há uma premissa não demonstra-da, isto é, um dogma: a de que o gongorismo é sinônimo de mau gosto em literatura.

Então, o que é gongorismo?

O velho Caldas Aulete – um dos dois dicio-nários essenciais da nossa língua, segundo An-tenor Nascentes – definiu assim o gongorismo:

“exageração de ornatos que se introduziu na literatura espanhola como imitação do es-tilo de Góngora (poeta espanhol, 1561-1627), e que consiste em trocadilhos, metáforas e pensamentos demasiadamente afetados”

Em sua edição mais recente (o “Novíssimo Dicionário Caldas Aulete”), o verbete “gongo-rismo” foi atualizado:

“1. Estilo literário de grande luxo verbal e uso excessivo de recursos retóricos, que na literatura espanhola é preferencial ao termo ‘barroco’ por influência do poeta espanhol Luis de Góngora y Argote (1561-1627). Tem como característica principal o uso indiscriminado de trocadilhos, metáforas, antíteses, inversões e pensamentos demasiadamente afetados.

“2. Corrente literária seguidora desse estilo.

“[F: Do antr. Luis de Góngora y Argote + -ismo.]”

Em suma, gongorismo (ou, na palavra usa-da por José Veríssimo, “seiscentismo”) seria um sinônimo de preciosismo, não qualquer preciosismo, mas aquele derivado do barroco espanhol, diferente de outro “seiscentismo”, aquele dos salões literários da França, na mesma época, que era chamado, realmente, de “preciosismo”.

A diferença entre uma definição e outra, no Aulete, é devido a que, em 1926, um dos maiores poetas da Espanha, García Lorca, estabeleceu, definitivamente, que Luis de Góngora jamais fora um um gongórico...

O interessante (e importante), aqui, é que muito do que Lorca disse de Góngora também é válido para Gregório de Matos.

Federico García Lorca foi assassinado pelos fascistas em agosto de 1936, um mês após a tentativa de golpe de Estado de Francisco Franco, que deu início à Guerra Civil Espanhola (“*Se le vio, caminando entre fusiles,/ por una calle larga,/ salir al campo frío,/ aún con estrellas de la madrugada./ Mataron a Federico/ cuando la luz asomaba./ El pelotón de verdugos/ no osó mirarle la cara./ Todos cerraron los ojos;/ rezaron: ini Dios te salva!/ Muerto cayó Federico/ — sangre en la frente y plomo en las entrañas —/ ... Que fue en Granada el crimen/ sabed — pobre Granada! —, en su Granada*”, escreveu o decano dos grandes poetas de Espanha, Antonio Machado).

Lorca tinha, esteticamente, uma grande afinidade com Luis de Góngora, que também era andaluz (Góngora, de Córdoba; Lorca, de Granada). Essa afinidade residia no proble-ma da metáfora (em sua conferência sobre Góngora, García Lorca cita Marcel Proust: “Somente a metáfora pode dar ao estilo uma espécie de eternidade”).

“Para que uma metáfora tenha vida”, diz Lorca em 1926, “ela precisa de duas condições essenciais: forma e raio de ação. Seu núcleo central e uma perspectiva redonda em torno dele. O núcleo se abre como uma flor, que nos surpreende por desconhecida, mas no raio de luz que o cerca, encontramos o nome da flor e conhecemos seu perfume.

“A metáfora é sempre governada pela vista (às vezes por uma vista sublimada), mas é a vista que a torna limitada e lhe dá sua realidade.

“Até os mais evanescentes poetas ingleses, como Keats, têm necessidade de desenhar e limitar suas metáforas e figuras [de linguagem], e Keats se salva, por sua admirável plasticidade, do perigoso mundo poético das visões. Depois, ele há de exclamar, naturalmente: Somente a poesia pode contar seus sonhos’. A vista não deixa que a sombra desvaneça o contorno da imagem que foi desenhada diante dela.

(...)

“A metáfora une dois mundos antagônicos por meio de um salto equestre da imaginação. O cineasta Jean Epstein diz que ‘é um teorema em que se salta sem intermediário desde a hipótese até a conclusão’. Exatamente.

“A originalidade de Dom Luis de Góngora, fora a puramente gramatical, está em seu método de caçar imagens, que ele estudou utilizando seus dramáticos antagônicos por meio de um salto equestre que dá o mito, es-tuda as belas concepções dos povos clássicos e, fugindo das montanhas e de suas visões luminícas, se senta à beira do mar, onde corre o vento. No leito azul de águas marinhas, cortinas turquesas.

“Ali, ele amarra sua imaginação e coloca rédeas nela, como se fosse um escultor, para começar seu poema.

“E ele tem tanto desejo de dominá-lo e arredondá-lo, que ama inconscientemente as ilhas, porque pensa, e com muita razão, que um homem pode governar e possuir, melhor do que qualquer outra terra, a esfera definida e visível da redonda Terra, limitada pelas águas. Sua mecânica imaginativa é perfeita. Cada imagem, a vez, é um mito criado.”

Continua na próxima edição